

ECONOMISTAS

Uma profissão com incontáveis possibilidades

Diante de um mundo em constante transformação, o economista atua de forma responsável, multidisciplinar e atualizada abrindo portas para o desenvolvimento

EXPEDIENTE

Presidente: Antonio Corrêa de Lacerda

Vice-presidente: Paulo Dantas da Costa

Conselheiros efetivos

Antonio Corrêa de Lacerda

Paulo Dantas da Costa

Antônio de Pádua Ubirajara e Silva

Carlos Alberto Safatle

Clovis Benoni Meurer

Eduardo Rodrigues da Silva

Fernando de Aquino Fonseca Neto

Heríc Santos Hossoé

João Manoel Gonçalves Barbosa

Lauro Chaves Neto

Maria Auxiliadora Sobral Feitosa

Maria de Fátima Miranda

Maurílio Procópio Gomes

Mônica Beraldo Fabrício da Silva

Paulo Roberto Polli Lobo

Waldir Pereira Gomes

Wellington Leonardo da Silva

Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Conselheiros suplentes

Aldenir Gomes de Paiva

Ana Cláudia de A. Arruda

Laprovitera

Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior

Carlos Magno Andrioli Bittencourt

Cícero Ivo Moura Bezerra Júnior

Eduardo Reis Araújo

Fabiola Andréa Leite de Paula

Gustavo Casseb Pessoti

Júlio Flávio Gameiro Miragaya

Marcelo Pereira Fernandes

Maria do Socorro Erculano de Lima

Noel Leite da Silva

Omar Corrêa Mourão Filho

Paulo Hermance Paiva

Paulo Roberto de Jesus

Rogério Vianna Tolfo

Róridan Penido Duarte

Sérgio da Rocha Bastos

Conselho Editorial

Waldir Pereira Gomes (Coordenador)

Antonio Corrêa de Lacerda

Ana Cláudia de Albuquerque

Arruda Laprovitera

Antônio de Pádua Ubirajara e Silva

Décio Garcia Munhoz

Eduardo Rodrigues da Silva

Fernando de Aquino Fonseca Neto

Gilson de Lima Garófalo

Heríc Santos Hossoé

José Luiz Pagnussat

Júlio Flávio Gameiro Miragaya

Lauro Chaves Neto

Luiz Carlos Delorme Prado

Maria Cristina de Araújo

Paulo Dantas da Costa

Roberto Bocaccio Piscitelli

Róridan Penido Duarte

Sidney Pascoutto da Rocha

Wellington Leonardo da Silva

Comissão de Comunicação

Waldir Pereira Gomes

(Coordenador)

Heríc Santos Hossoé (Vice-Coodenador)

Antonio Corrêa de Lacerda

Clovis Benoni Meurer

Denise Kassama Franco do Amaral

Gilson de Lima Garófalo

Lauro Chaves Neto

Maria de Fátima Miranda

Wellington Leonardo da Silva

Coordenação de Comunicação

Renata Reis – Coordenadora

Manoel Castanho – Jornalista

Raquel Passos – Assessora
imprensa@cofecon.org.br

Projeto Gráfico e Editoração

Raquel Passos

ISSN 2446-9297

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

SUMÁRIO

Editorial Antonio Corrêa de Lacerda	4	Mercado de perícia para mulheres Vilma Guimarães	42
Afinal, quem são os "economistas da Unicamp"? Guilherme Santos Mello, André Biancarelli e Pedro Rossi	5	Mediação e arbitragem: fortalecimento da cidadania e da justiça Angeliz Suckow	47
Fome num mar de grãos Luiz Alberto Melchert	8	O papel da educação financeira no empoderamento feminino Janile Soares	53
Um sobrevoo à "Meritocracia de Laços" César Locatelli	14	O trabalhador da economia do conhecimento Nancy Gorgulho Braga	58
Uma profissão com incontáveis possibilidades Manoel Castanho	26	Trabalho, economia popular solidária e feminização da pobreza: limites e possibilidades desta "outra" economia Antônio Alves, Carluccia Silva e Lorenzo Rea	62
Novas profissões do mundo virtual Welinton dos Santos	30	Economia em debate: Por um novo arcabouço fiscal	70
Aplicações contemporâneas da economia comportamental Flávia Ávila	36	Novos livros	73

EDITORIAL

Uma característica muito marcante no mercado de trabalho do economista é a possibilidade de atuar com excelência em diferentes frentes, servindo ao desenvolvimento com justiça social e contribuindo para geração de empregos, distribuição de renda, criação de riqueza, alocação eficiente de recursos e bem-estar coletivo. As oportunidades estão no setor público, que abrange ministérios, empresas estatais, Banco Central, institutos de pesquisa e produção de dados; no setor privado, com ocupações no mercado financeiro, na indústria, no comércio local e exterior, nas pequenas, médias e grandes empresas, nos projetos de viabilidade econômica, nas consultorias; na área acadêmica, com dedicação ao ensino e à pesquisa; as oportunidades passam também por setores como o tributário, a perícia econômico-financeira, a gestão e a análise de dados; sem contar com as áreas que ainda estão em desenvolvimento em um mundo em constante mudança, como as finanças comportamentais e a economia solidária.

Contemplando essas frentes, o Cofecon, por meio de suas Comissões e Grupos de Trabalho, tem promovido iniciativas no sentido da ampliação e da preservação do mercado de trabalho dos economistas. Por meio de oficinas e palestras, recebemos convidados para falar sobre Processo Orçamentário, Economia Política, Mediação e Arbitragem, Perícia, entre outros campos de atuação. Recentemente lançamos a 2ª edição do Guia de Orientação Profissional, com conteúdo interativo abordando legislação e apresentando entrevistas com especialistas.

Como parte do trabalho de valorização do economista desenvolvido por este Conselho, os artigos da 44ª edição da revista Economistas trazem algumas das áreas de atuação, tradicionais ou não, para que o profissional multidisciplinar possa conhecer diferentes caminhos para suas carreiras. Há também uma matéria sobre as atividades profissionais, uma lista que está longe de ser exaustiva. O economista é, de fato, um dos profissionais que possui mais alternativas de



ANTONIO CORRÊA DE LACERDA
PRESIDENTE DO COFECON

Professor-Doutor do programa de pós-graduação em Economia Política da PUC-SP. É autor de cerca de 20 livros da área de Economia e se dedica continuamente à produção de artigos relevantes para o entendimento da conjuntura do país, publicados em jornais de grande circulação. É colaborador do jornal O Estado de S. Paulo e comentarista do Jornal da Cultura (TV Cultura).

áreas de atuação, tendo uma profissão com incontáveis possibilidades.

A edição apresenta os artigos Fome num mar de grãos, do economista Luiz Alberto Melchert de Carvalho e Silva, que revela como a produção de commodities agrícolas pode, contraditoriamente, contribuir para aumentar a fome; e Um sobrevoo à 'meritocracia de laços', de César Locatelli, que aborda a ascensão de economistas a posições de poder no país.

Entre os motivos para comemorar, leia sobre os 75 anos de criação das faculdades de economia da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Boa leitura!

Afinal, quem são os "economistas da Unicamp"?

Por *Guilherme Mello, André Biancarelli e Pedro Rossi*



André Biancarelli

Economista, professor e diretor do IE-Unicamp.



Pedro Rossi

Economista e professor do IE-Unicamp.



Guilherme Mello

Professor do Instituto de Economia da Unicamp e diretor do Centro de Estudos de Conjuntura do IE-Unicamp.

“Ou o Brasil acaba com os economistas da Unicamp, ou os economistas da Unicamp acabam com o Brasil”. Essa frase, repleta de ressentimento e intolerância, foi proferida por Roberto Campos no programa Roda Viva de 1991 e virou uma espécie de mantra para alguns jovens liberais, que a repetem em fóruns virtuais e até hoje enxergam Campos como uma referência intelectual.

Para justificá-la, o ex-ministro da ditadura militar (sim, vários de nossos liberais econômicos tinham e têm relações “não lineares” com a democracia) argumenta que os “economistas da Unicamp” não aceitariam o fato de que a inflação sempre é causada por excesso de emissão monetária. Descontando o fato de que tal interpretação estreita sobre as causas da inflação perdeu toda sua credibilidade já nos anos 1980, o que a declaração de Campos expressa é uma enorme incapacidade de compreender o que é a “economia da Unicamp”.

A chamada “escola de Campinas” é um projeto intelectual que assombra o liberalismo tupiniquim desde sua origem, que remonta ao projeto original da Unicamp da segunda metade dos anos 1960, conduzido por Zeferino Vaz com o suporte de jovens economistas como João Manoel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Wilson Cano e tantos outros. Posteriormente, a formação do IE-Unicamp foi reforçada por figuras como Maria da Conceição Tavares, Luciano Coutinho, Carlos Lessa e



diversos quadros de grande vulto intelectual e enorme impacto no debate público.

O projeto de criar uma universidade pública de excelência e inovadora trazia consigo, no campo das ciências humanas, o desafio de pensar o desenvolvimento brasileiro. Para cumprir essa tarefa, a Unicamp reuniu jovens intelectuais que compartilhavam uma sólida formação humanista com forte qualificação técnica, muitos dos quais treinados pelos cursos de planejamento econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

O projeto intelectual a que se propunham era de grande envergadura: compreender a dinâmica do capitalismo internacional e a forma de inserção do capitalismo brasileiro neste cenário, com o objetivo de fornecer elementos de reflexão acerca das possibilidades de superação de nosso subdesenvolvimento.

Uma característica marcante do pensamento da "escola de Campinas" é sua pluralidade. Ao invés de se apegar a uma única interpretação (ou escola) econômica, a geração original de pesquisadores do IE-Unicamp promoveu um amálgama de diferentes ideias, não se importando com nomes ou rótulos. As referências teóricas deveriam servir ao objetivo de entender o mundo e o Brasil. Assim, partindo de Marx, Kalecki, Keynes, Furtado e Schumpeter (sem esquecer Minsky, Steindl, Hilferding, Hobson, Myrdal e tantos outros), a

"escola de Campinas" foi capaz de incorporar contribuições de diferentes correntes para formar uma interpretação original acerca da dinâmica do capitalismo brasileiro e mundial.

Nesta trilha, desde logo os "economistas da Unicamp" incomodaram alguns "economistas tradicionais", que recusam qualquer interpretação que fugisse aos cânones dos (antigos) manuais. Teses como o "Capitalismo tardio", de João Manoel, "Valor e Capitalismo", de Belluzzo, "Acumulação de capital e industrialização no Brasil", de Maria da Conceição Tavares, e "Raízes da concentração industrial em São Paulo", de Wilson Cano, são apenas alguns exemplos de trabalhos que se tornaram seminais em suas respectivas áreas.

Além disso, a forte participação no debate e na vida pública de alguns professores e ex-alunos da Unicamp também gera incômodo, já que desafia a visão liberal na condução do Estado. Desde a década de 1970, os economistas formados pelo IE-Unicamp têm colaborado com a elaboração e implementação de políticas públicas, a formação de professores e pesquisadores que lecionam nas principais universidades brasileiras e a participação no debate acadêmico e público, seja através de teses/artigos, seja com entrevistas e colunas nos principais jornais do país.

Apesar da intensa participação na vida pública brasileira, é importante ressaltar que nunca existiu alinhamento político único dos

professores do IE. Desde sua origem, alguns professores do IE eram influentes no MDB de Ulysses Guimarães, outros participaram da fundação do PT, alguns foram quadros do PSDB, outros do PSB e mais recentemente do PSOL e da Rede. Apenas como exemplo, o 1º escalão do governo FHC tinha quadros com passagem pelo IE-Unicamp, como os ministros José Serra (Saúde), Paulo Renato Souza (Educação) e Luiz Carlos Mendonça de Barros (Comunicações). Assim como os governos de Lula e Dilma contaram com a participação de docentes e ex-alunos da instituição, a principal candidatura de oposição em 2006 teve participação ativa de economistas do IE-Unicamp na elaboração de seu programa, do mesmo modo que ocorreu na reeleição de 1998. A atuação decisiva em algumas das discussões fundamentais da Constituição de 1988; a estruturação dos fundos setoriais para o financiamento da Ciência e Tecnologia no Brasil; a construção da autonomia financeira das universidades estaduais paulistas, entre várias outras, são também contribuições de “economistas da Unicamp” para o país.

Voltando ao plano estritamente acadêmico, não existe uma característica singular dos professores e alunos; a marca do IE-Unicamp é justamente o pluralismo e a diversidade de ideias. Ortodoxia e heterodoxia econômica estão presentes tanto na pesquisa quanto no ensino. E, do ponto de vista concreto, não tem faltado reconhecimento sobre a força intelectual inovadora e criativa da instituição. Seguidas vezes foi premiada como melhor graduação em economia do país, além de constantemente receber premiações de melhores

teses, dissertações e artigos em diversos ramos da pesquisa econômica. Alguns conceitos hoje amplamente difundidos no debate econômico, como a ideia de “financeirização” ou a “hierarquia das moedas”, por exemplo, há um bom tempo frequentam os debates no IE-Unicamp e parte da produção intelectual de seus docentes. Em termos de formação, hoje é o centro que mais formou professores de economia para as universidades federais brasileiras, com ex-alunos da casa ocupando posições variadas e destacadas no mercado de trabalho, acadêmico e profissional, nos setores público e privado.

O ressentimento com a “escola de Campinas” e seus economistas, em suma, parece derivar mais de sua relevância intelectual e pública do que do conhecimento sobre o que é a instituição. Ao ousarem inovar e refletir para além dos limites dos cânones da economia tradicional, os antigos e os novos economistas da Unicamp atraem para si a intolerância daqueles que se aprisionaram em doutrinas ultrapassadas, repetindo de forma religiosa ideias que não são mais ventiladas mundo afora. Ou são movidos por outros interesses, bastante afastados de divergências acadêmicas ou teóricas.

Que o espírito crítico do IE-Unicamp seja alvo de intolerância e simplificações por parte de aguerridos estudantes ou combatentes de redes sociais (onde por natureza a profundidade e o rigor são recursos escassos) é até compreensível. Mais revelador (e relevante) é o uso desses rótulos e desinformação em ambientes supostamente melhor informados, nos quais se travam disputas fundamentais para o futuro do Brasil.

“A marca do IE–Unicamp é justamente o pluralismo e a diversidade de ideias.”

Fome num mar de grãos

Por Luiz Alberto Melchert de Carvalho e Silva

I. Explicando as commodities

Uma matéria recente relata que um modelo de utilitário seria vendido em sacas de grãos aos ruralistas. Como nos anos 1980, só se usava a moeda local em último caso. Índices como o do Sinduscom para imóveis eram moedas setoriais. Hoje, dá-se curso livre às commodities, relegando o real à última opção, prenúncio de inflação galopante, em que só exportadores ganham. O mundo clama por uma solução que preserve a biodiversidade. Já vivemos num País dual: o exportador de commodities e o importador de industrializados, como no fim da 2ª Guerra. Este artigo esclarece o que são commodities, como elas contribuem para a miséria de nosso povo, a degradação do planeta, e como sair dessa enrascada.

Comodities têm quatro características conceituais: consumo universal, divisibilidade, imperecibilidade e homogeneidade. São conceituais porque dependem de artifícios para determinar o preço à vista. Minério de ferro varia consoante à concentração de ferrita, cuja variação em torno do padrão de 50% redundando em ágio ou deságio. Para o petróleo, usa-se o peso API (American Petroleum Institute), cujos valores sobem conforme ele tenda do asfáltico (mais pesado) à nafta (mais leve). O API 40 é a referência.

Outras commodities têm algoritmos mais complexos, como o algodão, para o qual se medem maturidade, comprimento da fibra, cor, impurezas e contaminação com açúcares, tudo contribuindo para a qualidade do fio. O preço de referência é o do tipo 41,4. Para o café, verificam-se os quebrados, o tamanho do grão, se Arábica



Luiz Alberto Melchert

Doutor direto em História Econômica pela USP, com mestrado em Teoria Econômica pela PUC-SP. Estudou Economia Internacional na Columbia University. A carreira como professor deu-se na FAAP, onde também foi coordenador. Lecionou também na faculdade São Luís, instituição onde concluiu o curso de Economia. Entre outras ações, foi presidente do Instituto Meus Olhos Têm Quatro Patas, que treina cães guias para pessoas cegas. Atualmente é voluntário na instituição.



ou Conilone, a dureza da bebida, adstringência e fundo de boca, entre outras qualidades. O padrão é 6,8. O açúcar usa Icunsa (International Commission for Uniform Methods of Sugar Analysis), mais ligado à cor, enquanto os cristais são medidos em fração de milímetros. O padrão é o Icunsa 150, pois facilita a logística e minimiza a aglutinação por umidade. Internamente, usamos o Icunsa 45, muito mais fino.

Os grãos são todos classificados mais ou menos da mesma forma, contando-se os quebrados, conhecidos como quirera, os ardidos (fermentados), impurezas e cor, especialmente para o milho. Medem-se também os grãos xoxos e vazios. Os transgênicos são considerados como outras commodities. O arroz não é negociado em bolsa no Brasil. Mesmo assim, conta com o sistema de pontos para transações de balcão. Quanto maior o número de pontos, menor será seu preço.

O problema de indivisibilidade e perecibilidade do boi se resolve com a venda em arrobas do boi em pé, sendo a entrega futura garantida pela constância do fornecimento.

Graças à possibilidade de entrega futura, as commodities gozam de financiamento nacional e internacional constante, impedindo que produtos de consumo somente local se desenvolvam, mesmo que mais produtivos. Commodities, contraditoriamente, podem contribuir para a fome no mundo.

II. Fome num Mar de Grãos

Na passagem do feudalismo para o capitalismo, os nobres empobrecidos arrendaram suas terras para burgueses que pretendiam expandir seus negócios via produção de matérias-primas. Cercaram-se as glebas, racionalizou-se a produção, liberando mão de obra para as cidades. Simultaneamente, a grande inflação, causada pela inundação da Europa por metais preciosos vindos da recém descoberta América, desvalorizou o arrendamento e enriqueceu os arrendatários.

Semelhantemente, no Brasil de hoje, os reis dos grãos não compram terras, arrendam-nas para não reduzir sua liquidez e maximizar o retorno da atividade. O pagamento é em grãos na safra principal, ficando atividades adjacentes, especialmente milho safrinha e engorda de gado, para o arrendatário. Em oposição aos inclosures, derrubam-se cercas agregando propriedades numa concentração fundiária inaudita nas mãos de arrendatários, não de proprietários. Enquanto os arrendatários, que ocupam centenas de milhares de hectares, adotam práticas industriais, os proprietários vivem de renda, independentemente do tamanho de sua propriedade. Se um sítio de fim de semana estiver no caminho das máquinas, é arrendado também. Lá vêm as commodities substituindo tudo. Passa-se o correntão no cafezal, erradicam-se as



parreiras, derrubam-se as laranjeiras e mandioca, batata-doce e outras raízes perecem sob o peso das grades.

Nas cidades, morrem pequenos negócios porque as compras são feitas em escala mundial, não sobrando nada para o comércio local. Até papel higiênico vem de um atacadista, fornecedor de algum mega-arrendatário com glebas espalhadas país afora.

A ampliação da fronteira agrícola, com novas cidades nascendo pelo Mato Grosso e Matopiba (região formada por Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia), dá uma falsa impressão de prosperidade. São lindas cidades planejadas, não resta dúvida. Mas, a que preço?

O Capital para tanto investimento não vem somente do Banco do Brasil, muito menos da destinação obrigatória ao setor. Há outros papéis, negociados em bolsa, como as CPR (Cédulas de Produto Rural), que são uma venda antecipada em que um produtor (originador) promete plantar determinada quantidade de um bem, um comprador (offtaker) garante a compra a um preço predefinido e um captador põe o papel no mercado trazendo recursos para o originador. As CPRs devem cobrir somente o custo, deixando um saldo em produto para o originador negociar oportunamente. Teoricamente, qualquer produto pode gerar CPR, só que ninguém estaria disposto a financiar um produto que não conta com um preço à vista em alguma bolsa como referência para lastrear a operação. Assim, somente commodities produzem-se com capital de curto prazo conseguido nas bolsas de mercadorias.

Existem derivativos que aumentam o prazo dos papéis e os desvinculam de uma determinada safra, como é o CDA (Certificado de Depósito Agrícola para instituições financeiras), o CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio, para negociações de balcão ou por fundos) e a CDA-WA que garante que o produto esteja em armazém homologado.

Somente as commodities têm mecanismos de mercado para mitigar o risco. São os contratos de futuros e opções. Pelo primeiro, comprador e vendedor protegem-se de variações desfavoráveis; pelos segundos, protegem-se de eventuais perdas por variação de preços. Travado um preço, se o preço subir no período, o comprador deixa de perder e o vendedor deixa de ganhar. Se o preço cair, o vendedor deixa de perder e o comprador deixa de ganhar. Assim, para protegerem-se, os negociantes transferem o risco para o especulador. O vendedor adquire contratos de opção de compra pelo preço travado, enquanto ele entrega sua mercadoria pelo preço do dia. O vendedor compra contratos de opção de venda pelo preço travado, tal que, se o preço cair, ele exerça a opção e venda a mercadoria recebida pelo preço travado, comprando a mesma mercadoria pelo preço do dia, tudo financeiramente, poucas vezes fisicamente. O especulador cobra um prêmio para assumir o risco. Se os negociantes não exercerem suas opções, o especulador fica com o prêmio.

Assim, a especialização em commodities, com seu risco socializado, faz pessoas passarem fome enquanto milhões de toneladas de grãos,

“No Brasil de hoje, os reis dos grãos não compram terras, arrendam-nas para não reduzir sua liquidez e maximizar o retorno da atividade.”

açúcar, café, suco de laranja e carne escoam-se pelos portos. Qualquer outra coisa, por lucrativa que possa ser, depende do plantio por conta e risco do agricultor.

III. Grãos e a fome no mundo

Apesar de o foco ser milho e soja, o mesmo acontece com todas as commodities, visto que as bolsas de mercadorias, existentes há seis séculos, estão espalhadas pelo mundo afora. Nem todos os itens são comerciados em todas as bolsas. Café e borracha, por exemplo, só são negociados em Londres.

O pai de Obama teve uma vida conturbada num país recém independente. Por isso suas ideias não foram divulgadas. Ele tentou explicar por que a produção africana de grãos é ínfima perante a população do continente. Ele explicou o mecanismo europeu de manutenção de reservas estratégicas.

Grãos não são eternos. São seres vivos e têm seus ciclos, por mais que se tente otimizar o microambiente dos silos. Grãos perdem água e consomem reservas, numa perda anual de 5% em peso, a popular perda técnica. Busca-se manter a umidade controlada: se seco demais, previnem-se fungos e bactérias, mas os grãos se desidratam; se úmido demais, resguarda-se o peso, mas acelera-se o ataque por microrganismos, daí reporem-se os grãos periodicamente.

Os subsídios americanos e europeus, que ultrapassam os 30% do preço final, fazem com que a produção seja maior que o consumo.

Nesse regime, o produtor recebe cem unidades monetárias, enquanto o comprador paga somente 70 para o mesmo volume. É o Estado que arca com as restantes 30 unidades. Para desocupar espaço, acelera-se a reposição. A Europa descarrega gratuitamente o descarte na África como auxílio humanitário, sufocando a produção local e gerando dependência alimentar. O pai de Obama pregava que a doação era concorrência desleal e que a África só seria autossuficiente com a extinção dos subsídios.

Estes também alteraram a colocação de muitos países no ranking. O milho no México, depois da entrada no Nafta, caiu da sexta posição para a oitava, sendo suas 27,6 t milhões, aproximadamente, 220% de sua produção de há 30 anos. É que os Estados Unidos colocam lá seu excedente ao preço praticado internamente, quebrando o agricultor local.

Os subsídios, perversamente, pasteurizam o padrão de consumo. Antes das Grandes Descobertas, não se encontrava milho no Velho Mundo. Por que impô-lo a todos os povos? Hoje, ele é plantado em todo o planeta, até nos países mais frios, como efeito colateral do hibridismo e uso de pesticidas e herbicidas advindos da Revolução Verde dos anos 1930, que deu o Prêmio Nobel da Paz a Norman Borlaug (1914-2009). Ela visava a acabar com a fome no mundo e, de fato, a produção de milho e trigo realmente explodiu no México e na Índia. Mais tarde, pelo uso de sementes transgênicas, as barreiras geográficas simplesmente desapareceram. A China é o segundo produtor de milho



com 240 t milhões, o dobro do Brasil, que é o terceiro, ambos atrás dos Estados Unidos, com seus 381 t milhões. A União Europeia vem em quarto com 77 t milhões. O Brasil só a ultrapassou na última década, quando a safrinha equiparou-se à principal.

A soja partiu da China para o Novo Mundo, que soma quase 60% da produção mundial, sendo o Brasil o maior produtor, os Estados Unidos o segundo e Argentina o terceiro, enquanto a China tem uma produção que não chega a 14% da nossa.

Os subsídios não somente distorcem o mercado de commodities. O fato de haver bolsas espalhadas pela face do globo cria outros fatores que influenciam o fluxo das operações. A taxa de câmbio é, talvez, o mais importante, pois torna a mercadoria em reserva de valor, tal e qual uma moeda forte. Se não houver estoques reguladores, a tendência é a volatilidade em ressonância, ou seja, as variações cambiais multiplicam as variações de preço das mercadorias, fomentando uma especulação predatória, não a de compra de risco como visto anteriormente. O resultado só pode ser a fome num mar de grãos.

IV. Ainda resta uma esperança

Quando um boi se desgarra da manada, em vez de o peão mandar um cão acuar o animal, tocando-o de volta para o bando, é muito mais produtivo levar uma ponta de gado até o fujão e trazer todos de volta pacificamente. Se o mercado de commodities



é o fujão ambiental, em vez de tentar laçá-lo, vamos levar a biodiversidade para o mercado para que todos ganhem com a preservação.

Nós, humanos e animais, não nos alimentamos diretamente de milho ou de soja. Do milho, aproveitamos principalmente o amido, que é um dos polissacarídeos, e proteína vegetal contida na soja. A fruta-pão, que garante que ninguém passe fome na Zona do Cacau, produz 70 t/ha com 60% de água e, do restante, 65% de amido, resultando 18,2 t/ha de hidrato de carbono. O milho tem um limite genético de 20 t/ha, com 72% de amido, resultando em 14,4 t/ha teóricos. No Brasil, a média é de 9,6 t/ha, considerando as duas safras. São, portanto, 6,912 t/ha de hidrato de carbono, um terço do que se conseguiria com a fruta-pão. A diferença maior é que estamos falando de uma cultura perene, que sombreia o solo, usa máquinas muito menores e dá mais empregos do que o plantio anual de milho.

São substitutos perfeitos? Não, mas em grande parte dos produtos, existe uma grande permuta possível.

A mandioca, em condições normais, fornece, na porção radicular, 18 t/ha de fécula (amido retirado de raízes). Na parte aérea, são 15 t/ha de massa seca, com 32% de proteína, resultando em 4,8 t/ha. A soja, otimismo, produz 4 t/ha e contém 38% de proteína em seu farelo, que é 65,6% do peso colhido, já retirado o óleo. Isso resulta em 2,6 t/ha de proteína. O uso é o mesmo entre as duas espécies? Não. Como no exemplo anterior, existe grande capacidade de substituição, especialmente, na ração animal.

Seja por condicionantes geográficas e climáticas, seja pela variação em uso, milho e soja continuam sendo imprescindíveis, porém, não é preciso que somente as duas tenham um preço à vista cotado no mercado mundial e somente elas sejam plantadas por toda a face do planeta, em detrimento de qualquer outra, por mais produtiva que seja. Se o produto for cotado pela substância, é perfeitamente possível estabelecer um preço à vista para mandioca, fruta-pão e inúmeros outros, baseando-se no que já existe para os próprios milho e soja.

Para equalizarmos produtos, é preciso atribuir um fator de substituição a ser determinado pelas bolsas, considerando a percentagem de

itens que se podem permutar entre o milho e o substituto, sem prejuízo significativo da qualidade (podendo até haver ganho em alguns casos). Suponhamos que 80% dos itens tradicionalmente derivados do milho possam ser substituídos pela fruta-pão; usando os números acima, teremos 390 Kg/t de amido, contra 720 kg/t do milho. Assim, o preço à vista da tonelada de fruta-pão seria 43,3% do preço à vista do milho. Se isso deixa a fruta-pão viável é outro problema, porque depende do seu custo de produção, bem como, sendo perene, do tempo entre o plantio e a primeira colheita. Ela, certamente, será competitiva em algumas regiões mas não em outras. Poderá, por exemplo, servir de sombra para o cacau. Importante é entender que cada hectare dessa fruta pode evitar o desmatamento de três hectares para o plantio de milho e isso só acontece com financiamento vindo dos mecanismos desenvolvidos para as commodities atuais.

Para a soja, pode-se aplicar o mesmo raciocínio, considerando também o preço do óleo, ou seja, os coprodutos precisam também ser cotados, e já o são, em sua maioria. Repetindo, milho e soja, com a introdução da fruta-pão e da mandioca, são meros exemplos de um

mecanismo que pode transformar o mercado de commodities de vilão a salvador da natureza.

Essa ideia contraria a indústria de máquinas, que investe fortunas em megaequipamentos altamente automatizados. Outra barreira é a indústria de combustíveis. A soja, por exemplo, consome 1.200 l/ha, contra algo como 250 l/ha para culturas perenes. Também a indústria de fertilizantes é barreira porque, além de vender quantidades brutais de insumos, ainda decola as operações estruturadas via compra antecipada. Há ainda a resistência dos agentes de mercado, acostumados com fazer negócios em produtos e não em substâncias.

O Estado tem a tributação a seu favor, isentando os papéis lastreados em substâncias e sobretaxando os baseados em produtos, até que se forme tradição. O Governo não precisa conhecer tudo, mas deve procurar quem o assessore corretamente, aproveitando o comportamento dos governados, assim como o peão que captura o gado sem o machucar.



Se não houver estoques reguladores, a tendência é a volatilidade em ressonância (..). O resultado só pode ser a fome num mar de grãos."



Um sobrevoo à “Meritocracia de Laços”

Por César Locatelli

O que determina a ascensão de economistas a posições de poder e prestígio no Brasil? Seus méritos e conhecimentos? Suas diferentes dotações de capitais sociais, econômicos, culturais, simbólicos, políticos, etc.? Seus laços sociais com outros economistas? Suas ligações com instituições e governos alienígenas? Suas confluências de interesses com detentores de poder?

Para entender tais processos, Elisa Klüger, em sua extensa pesquisa para construção de sua tese de doutorado, *Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil*, começou por investigar os laços familiares dos economistas que chegaram a altos cargos da administração pública, de instituições públicas e privadas, com influência nos rumos das políticas adotadas no País. Pesquisou as ligações construídas nos anos de graduação e pós-graduação e no trabalho, especialmente em universidades, centros de pesquisa e no setor público.

Para compor a narrativa histórica, ela mesclou os dados obtidos em cerca de 50 entrevistas com outros disponíveis em fontes secundárias como biografias, dicionários histórico-biográficos, DVDs comemorativos, etc.

“Na narrativa, são enfatizados a origem social dos economistas, a formação de vínculos entre eles – sendo destacadas as similaridades e contrastes entre indivíduos e grupos, no que concerne às suas propriedades sociais e às

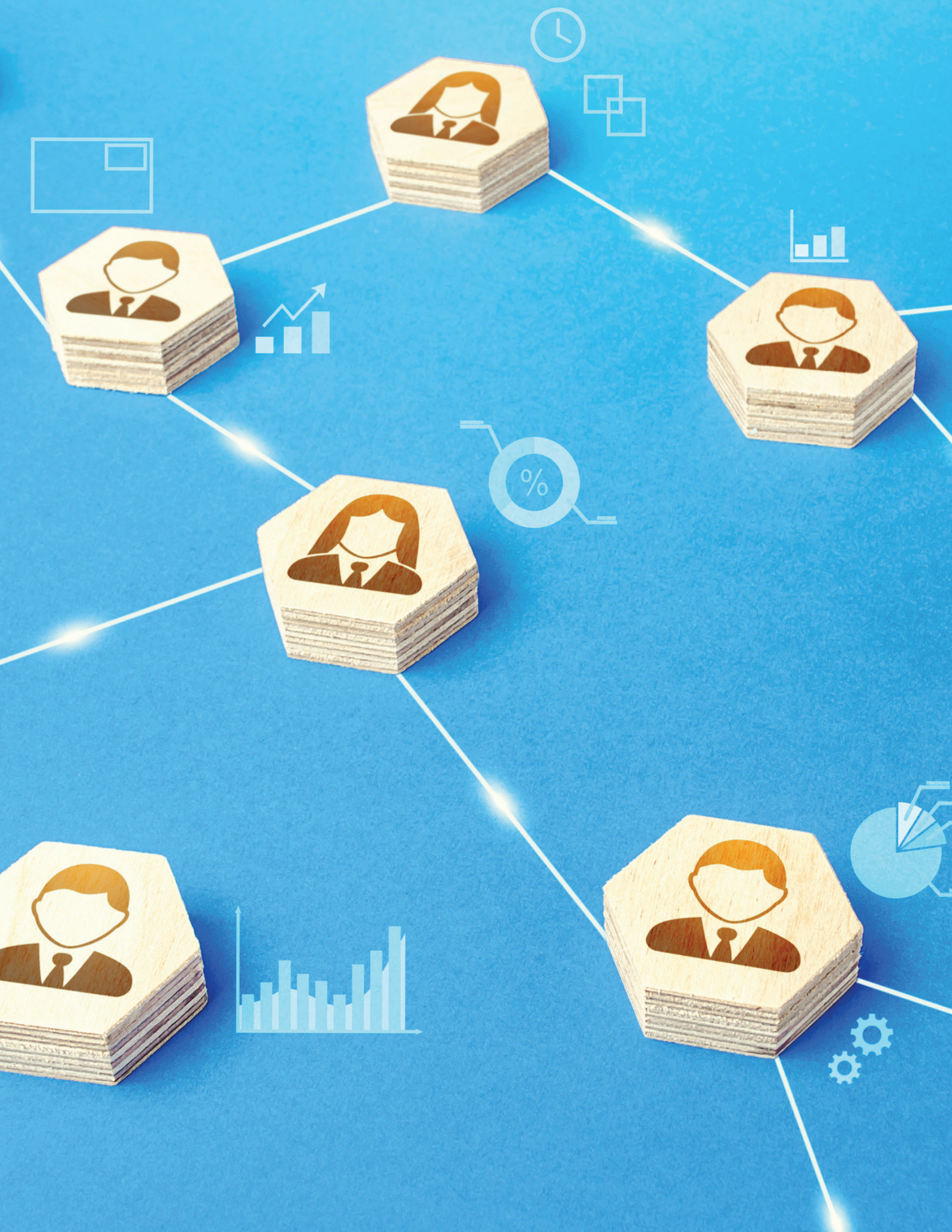
suas visões de mundo –, o surgimento e as transformações das instituições do espaço dos economistas e a teia de conexões internacionais em que os agentes e instituições estão imersos.”

Seu foco localiza-se no período que se inicia em 1930 e vai até o início dos anos 2000. Esses mais de 70 anos são divididos em quatro “movimentos”, como ela denomina. O Primeiro Movimento, que vai de 1930 os anos 1960, ocupa-se da instituição das primeiras escolas de economia e dos primeiros órgãos públicos de gestão econômica do país. O Segundo Movimento, que vai até 1979, apresenta a união de um grupo de “especialistas” no comando da



César Locatelli

Mestre e graduado em economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência nas áreas de Políticas Econômicas e Mercado Financeiro, com ênfase em Teoria Econômica, atuando principalmente nos seguintes temas: Governo Lula, economia política, pensamento econômico, crise imobiliária, crise financeira e opções de política econômica.





Nota-se, perfeitamente, que a Cepal e Celso Furtado, este em posição coincidente com a fronteira entre o Brasil e o exterior, figuram como centros da Rede de Abertura. A partir deles irradiam as relações com pessoas e instituições."

economia do governo militar e a formação de grupos críticos. A formação da oposição que viria a comandar a economia na Nova República é descrita no Terceiro Movimento, que vai até a primeira eleição direta para presidente. No Quarto Movimento, 1990 a 2003, a perspectiva é invertida: a narrativa é construída a partir das inflexões e continuidades na gestão do BNDES.

Além dos quatro capítulos, que tratam dos quatro Movimentos, há um capítulo de Abertura e um Intermezzo, entre o Primeiro e o Segundo Movimentos. Pelo papel decisivo que teve a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) na busca de um pensamento econômico "autóctone", a ela e a seus integrantes é dedicado o capítulo de Abertura. O Intermezzo, por outro lado, concentra-se no encontro, no Chile, de economistas e outros cientistas sociais, exilados pela ditadura, que viriam a ocupar postos chave nos anos seguintes no Brasil.

1. Abertura: "Em busca de um pensamento autóctone: batalhas diplomáticas por uma Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e as rotas de ingresso do pensamento cepalino no Brasil (1948-1964)"

O propósito do capítulo - analisar as condições sociais em torno da formação da Cepal, bem como as vias que possibilitaram que o pensamento ali produzido fosse disseminado no Brasil - concretizou-se na "Rede de Abertura".

Nota-se, perfeitamente, que a Cepal - Comissão Econômica para a América Latina

(atual Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) - e Celso Furtado, este em posição coincidente com a fronteira entre o Brasil e o exterior, figuram como centros da Rede de Abertura. A partir deles irradiam as relações com pessoas e instituições.

A observação do entrelace começa com os membros da família chilena Santa Cruz. O pedido ao Conselho Econômico e Social da ONU, para que fosse instalada uma comissão que desse atenção ao desenvolvimento da América Latina, foi feito por Hernán Santa Cruz. A Cepal foi instituída em 1948. Os EUA não só foram contrários, mas não pouparam esforços para descontinuar os trabalhos da instituição nos anos seguintes.

Que laços sociais tinha a família que conquistou 15 votos, entre 18, favoráveis à criação da Comissão? O estudo permite constatar que "aqueles que propuseram e defenderam na ONU a criação da Comissão, os Santa Cruz, tinham conexões com indivíduos largamente dotados de trunfos políticos. Eram descendentes de presidentes e famílias centrais da elite chilena, tendo precoce familiaridade com o poder e extensa rede de contatos no mundo político. Acumulavam a tradicional formação em direito e o cosmopolitismo requerido para que se fizessem ouvir internacionalmente, tornando-se interlocutores de burocratas, cientistas e políticos dos países centrais".

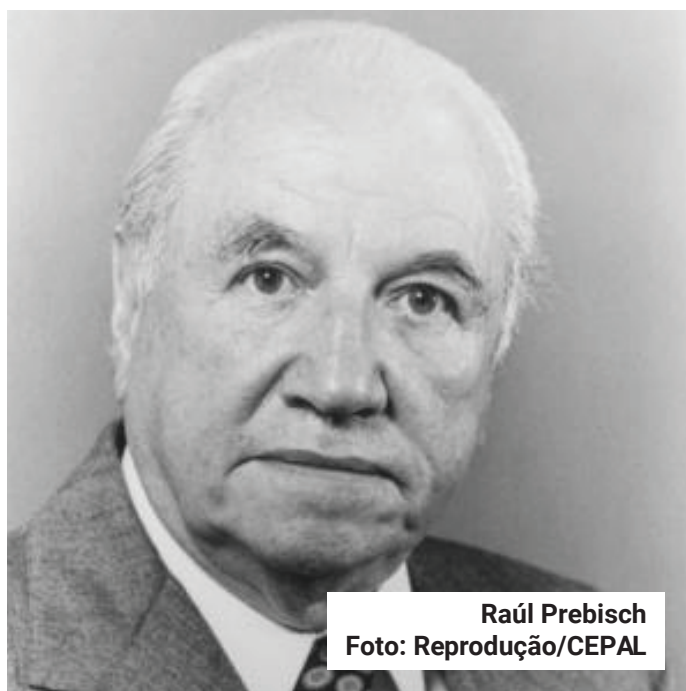
Além de Raúl Prebisch, primeiro diretor da Cepal, Alfonso Santa Cruz, seu primo Aníbal Pinto Santa Cruz, Celso Furtado, Cleantho de Paiva,

Miguel Osório de Almeida, Víctor Urquidi, Juan Noyola e Regino Boti formaram o grupo nascido entre 1915 e 1925 que iria se integrar à Cepal. Sobre eles, constata a autora:

“A origem social privilegiada e o vasto conjunto de trunfos econômicos, culturais e simbólicos dos quadros que criaram e consagraram a Cepal permitiam que transitassem nacional e internacionalmente e que tomassem iniciativas até mesmo sem o imediato respaldo de seus governos, já que eram pessoas com autoridade e prestígio próprios.”

Fragmento 1 - Raúl Prebisch

Prebisch relata que, primeiramente como subsecretário da Fazenda e depois como dirigente do Banco Central, tentou prescrever remédios ortodoxos para abrandar os efeitos deletérios que atingiam a economia argentina na esteira da crise de 1929. Mediante o fracasso desse receituário, acabou por adotar terapias econômicas heréticas: desvalorizar o câmbio, elevar tarifas de importação e dar incentivos para que a indústria se expandisse. Ele conta que o sucesso do comportamento heterodoxo levou-o ao abandono da crença no livre mercado, o que, juntamente com a percepção da condição subordinada de seu país no cenário internacional, deu início à sua reconversão teórica e à sua produção voltada ao entendimento das especificidades da inserção latino-americana no cenário internacional.”



Raúl Prebisch
Foto: Reprodução/CEPAL

Aqueles nascidos em torno do ano de 1935 também não apresentavam a “menor segurança social e disponibilidade de capitais culturais”. Eram Osvaldo Sunkel, Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa e Antônio Barros de Castro.

O capital social e cultural de Celso Furtado não fica atrás: “estudou na Europa, viajou numerosas vezes pelos EUA e trabalhou no Brasil e no Chile, tendo vínculos com as várias localidades em consideração no espaço. Nascido em 1920, situa-se também em ponto intermediário no espectro geracional em consideração”.

A Assessoria Econômica de Getúlio Vargas, outro polo aglutinador dos primeiros economistas brasileiros, foi criada logo no início do seu segundo governo para agilizar as tarefas e dar continuidade ao planejamento da industrialização. Montada por Rômulo de Almeida, a Assessoria contou com Cleantho de Paiva Leite, Jesus Soares Pereira e Ignácio de Mourão Rangel.



Ignácio Rangel
Foto: Reprodução/TCEMA

Fragmento 2 - Ignácio de Mourão Rangel

“Ignácio de Mourão Rangel era maranhense, natural da cidade de Mirador. A família Rangel possuía um engenho e o pai, o avô e o bisavô de Ignácio eram magistrados de província. Mudou-se para São Luís para cursar o ginásio e, seguindo o curso da família, ingressou na Faculdade de Direito do Maranhão. Na juventude, Rangel foi militante da Aliança Nacional Libertadora e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Participou de

movimentos e greves de operários e estudantis, e inclusive de ensaios de guerrilha, razão pela qual foi preso aos 21 anos. (...) 'Fui chamado por Getúlio Vargas para um fim específico: redigir uma lei sobre o babaçu. Fui, então, trabalhar na redação da tal lei e me integrei à equipe, depois não houve mais meio de eu me descolar dela. Fizemos boas amizades, Rômulo [de] Almeida, Jesus Soares Pereira, pessoas assim, e são amizades que ficaram para o resto da vida e que me enriqueceram enormemente', relata Rangel sobre sua entrada na Assessoria de Vargas."



A Assessoria Econômica de Getúlio Vargas foi criada para agilizar as tarefas e dar continuidade ao planejamento da industrialização."

2. Primeiro Movimento: "Política externa Brasil-Estados Unidos e a gênese dos especialistas em economia no Brasil (1931-1966)"

Processam-se, durante o período em tela, ao menos duas importantes mudanças no espaço dos economistas. A primeira é a implantação de várias escolas de economia e instituições de governo voltadas à condução da economia do País.

A segunda diferenciação é que logo de início adeptos de diferentes correntes de pensamento econômico cooperavam entre si. "No princípio do Movimento, predominava a tendência à cooperação de todos aqueles engajados na valorização do saber econômico e na missão

de transformá-lo em instrumento fundamental de racionalização das práticas do Estado, de modo que as equipes econômicas eram integradas por membros de diferentes grupos e as escolas e institutos de pesquisa publicavam trabalhos e abrigavam pessoas com diversas orientações econômicas".

Os conflitos passam, no final do período, a prevalecer. Um exemplo é a irritação de Eugênio Gudin e Octavio Gouvêa de Bulhões, ligados aos norte-americanos e defensores da liberdade dos mercados, com a fala de Raúl Prebisch, na instalação do Grupo Misto Cepal-BNDE, que exortava a industrialização em bases regionais e o incremento do comércio entre os latino-americanos. A polêmica gerou diversos artigos. Um deles, escrito por Gudin, chamava-se "A mística do planejamento". Em resposta Prebisch escreveu "A mística do equilíbrio espontâneo da economia".



Eugênio Gudin
Foto: Reprodução/Wikipedia

Fragmento 3 - Eugênio Gudin

"Eugênio Gudin (1886-1986) era neto de comerciantes franceses da linhagem dos Orleans que se instalaram no Brasil em 1839 e aqui abriram uma casa de modas parisienses. Seu pai, educado na França, trabalhava na bolsa de valores e era comerciante. A mãe de Gudin faleceu jovem e seu pai casou-se em segundas núpcias com a filha de um banqueiro de grande fortuna, também educada na Europa. Eugênio Gudin teve, portanto, uma educação cosmopolita, alinhada aos padrões culturais europeus dominantes em seu tempo. (...) 'Guarda Eugênio Gudin nítidas reminiscências da

sua primeira viagem à Europa, aos sete anos de idade, num vapor das Messageries Maritimes. O encontro com Paris marcou-o para sempre, impregnando-lhe a beleza da cidade. Levado pela mão do seu avô, andou pelas margens do Sena; caminhou pelas ruas e praças que retraçam o curso da civilização' (Paulo Carneiro)."

Ao configurar a Rede do Primeiro Movimento, a autora percebe que "as polaridades detectadas no período se dispõem na rede em uma estrutura triangular cujos vértices correspondem aos grupos monetarista, desenvolvimentista nacionalista e desenvolvimentista não nacionalista ou cosmopolita".

O polo desenvolvimentista nacionalista teria em sua composição os integrantes da Assessoria de Vargas, da Cepal, da Sudene e do BNDE. O grupo gravitaria em torno do Clube dos Economistas, fundado por Celso Furtado em resposta ao acirramento das relações com o grupo de Gudin. Em termos geográficos, eram preponderantes os membros desse grupo oriundos do Nordeste, por conta da Sudene, e do Rio Grande do Sul, pelos quadros de confiança de Vargas e Goulart.

Partilhando a proximidade com o Rio de Janeiro, os formados pela faculdade que se tornaria o Instituto de Economia da UFRJ e aqueles vinculados à Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, além do grupo ligado à SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), formavam o grupo monetarista. "Os laços de Gudin e Bulhões foram majoritariamente tecidos com grupos que partilhavam a visão econômica que privilegiava a ação dos mercados, o controle da emissão de moeda e rejeitava a intervenção do Estado e do planejamento estatal para a promoção do desenvolvimento."

O terceiro grupo, desenvolvimentista não nacionalista, acreditava na validade da ação de planejamento do Estado, no entanto divergia dos nacionalistas nas questões do protecionismo e do fechamento do país a empresas estrangeiras. Dois importantes núcleos aglutinadores dessa linha de pensamento foram o CAE (Centro de Aperfeiçoamento de Economistas da FGV-RJ), liderado por Mário Henrique Simonsen, e a Consultec, empresa de consultoria e

planejamento que teve entre seus fundadores Roberto Campos e Lucas Lopes.



Roberto Campos
Foto: Reprodução/InfoEscola

Fragmento 4 – Roberto Campos

Roberto Campos "não era um carioca nascido em berço de ouro e educado no mais alto cosmopolitismo... Nascido em Cuiabá, era filho de Valdomiro de Oliveira Campos, um professor paulista que foi para Mato Grosso em missão de ajuda de São Paulo à reforma do ensino no Oeste tornando-se diretor de um grupo escolar (...) Sua situação no Rio de Janeiro era muito precária. Em busca de um emprego mais estável do que aulas eventuais, inscreveu-se no concurso organizado pelo DASP [Departamento Administrativo do Serviço Público] para o Itamaraty. Nesse período dobrou seus afazeres: lecionava durante o dia e estudava à noite para o concurso. O seminário dera a ele um bom treinamento em humanidades e direito canônico, dominava bem o francês e o italiano e tinha treinamento em latim e grego, mas não falava nem uma palavra de inglês, idioma obrigatório no exame para a carreira diplomática."

Klüger destaca dois fatos relevantes em relação aos grupos monetarista e desenvolvimentista não nacionalista: o IPÊS (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), uma aliança de empresários, militares e técnicos formada para combater o governo de João Goulart, ocupa lugar central entre os dois grupos; com o

golpe de 1964, o grupo desenvolvimentistas não nacionalista, progressivamente, adota o ideário monetarista. Octavio Bulhões foi designado para o cargo de ministro da Fazenda e Roberto Campos, tornou-se ministro extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica.

“Campos, que fora a princípio desenvolvimentista cosmopolita, identificava-se cada vez mais com os monetaristas, aderindo à diretriz da estabilização como requisito para um desenvolvimento sustentado por capitais privados e, portanto, ao combate à inflação e à reestruturação institucional. Até então eram considerados conservadores aqueles que, como os membros da CMBEU [Comissão Mista Brasil-Estados Unidos], não fossem nacionalistas, ainda que pleiteassem que a economia fosse planejada e que o Estado interviesse quando necessário. “A partir do golpe o grupo torna-se, mais do que cosmopolita em sua perspectiva de abertura à integração econômica internacional, antiestatista, antiprotecionista e monetarista, tomando por mestres, Gudin e Bulhões.”

3. Intermezzo: “Militância e exílio (1964-1973)”

A decisão da autora de incluir o estudo das relações entre as pessoas que saíram do país deve-se à grande relevância dos cargos que esse grupo viria a assumir após o fim da ditadura. Fernando Henrique Cardoso e José Serra são as duas figuras de maior destaque na Rede do Intermezzo.

Fragmento 5 - Fernando Henrique Cardoso

“Fernando Henrique participa do Conselho Universitário da USP [CO], de abril de 1957 a abril de 1958, como representante dos ex-alunos, e em 1961 volta ao Conselho como docente. Ele relata que os membros do CO impressionavam-se com sua polidez, com o respeito aos mais velhos, com seu tom antes conciliador do que radical, com o fato de estar sempre bem vestido e outras qualidades esperadas daqueles que foram socializados entre as elites. Assim ganhou as graças dos conservadores que dominavam a política universitária. Estes reconheciam nele um par do ponto de vista da sua constituição social, que era semelhante àquela das elites que povoavam

as escolas dominantes da política universitária, as tradicionais Faculdades de Medicina, Direito e Engenharia. Fernando Henrique passou inclusive a ser admitido nos espaços extraoficiais de congregação dessa elite acadêmica, sendo convidado para os jantares e reuniões do grupo. Conseguiu aglutinar apoio da esquerda e tolerância de parte da direita universitária, conquistando papel destaque na política uspiana.”



Fernando Henrique Cardoso
Foto: Reprodução/Companhia das Letras

Sobre as múltiplas conexões estabelecidas por Fernando Henrique Cardoso no exílio, destaca Klüger: “Transitava entre a sociologia e a economia, entre o Brasil, a Europa e a América Latina, entre os grupos de empresários nacionalistas, os professores comunistas e desenvolvimentistas e os estudantes de filosofia esquerdistas, entre as elites nacionais às quais pertencia e o universo dos imigrantes paulistas de sua faculdade, disposições e pertencimentos que favoreciam a multiplicação das conexões que lhe permitiram congregar ao seu redor diversos segmentos de exilados”.

Foram inúmeros os laços construídos no exílio no Chile, que se revelaram estruturais no processo de redemocratização do país. A autora destaca o Instituto de Economia da Unicamp e o Cebrap como, possivelmente, as duas instituições que sofreram as maiores rearticulações derivadas dos vínculos de militantes e intelectuais congregados em Santiago.

Um exemplo expressivo da trama de relacionamentos produzida no exílio é dado com o professor porto alegreense Ernani Maria Fiori. Ele e o educador pernambucano Paulo Freire tinham uma grande amizade. Quando seu filho José Luís Fiori, ameaçado pela ditadura por ser membro da AP [Ação Popular], chega ao Chile no final de 1965, é hospedado na casa de Paulo e Elza Freire. Como era um apartamento muito pequeno, José Luís acaba por mudar-se para a residência de Plínio de Arruda Sampaio, onde viveu até que seus pais se reunissem a ele em Santiago em 1966.

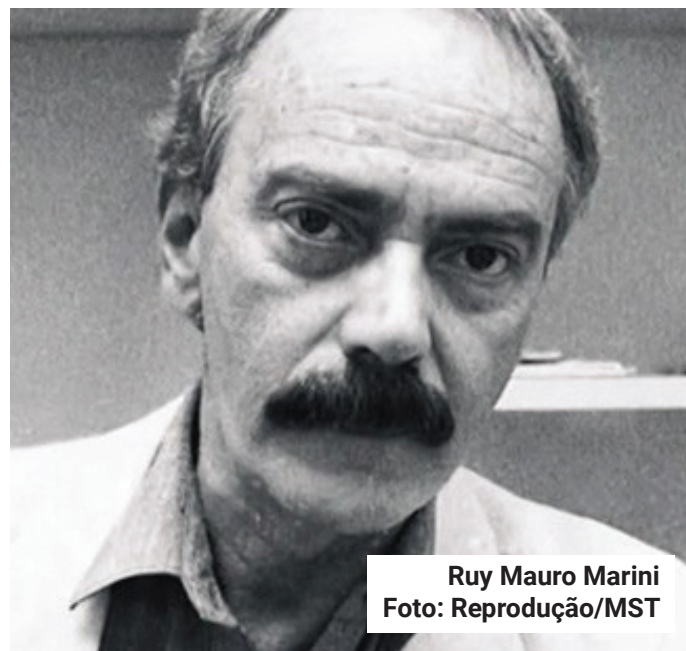
As famílias Fiori e Freire visitam-se todos os finais de semana e a parceria intelectual dos dois cresce, sendo Ernani Fiori convidado a fazer a introdução ao clássico *Pedagogia do Oprimido*. Num desses encontros, José Luís Fiori apresentou José Serra, que também frequentava a casa dos Freire, a Paulo Renato de Souza. Serra, por sua vez, apresentou a José Luís seu professor e amigo Carlos Lessa, que viria a se tornar uma influência decisiva em sua carreira. Quando Carlos Lessa deixa o Chile, chega ao país Maria da Conceição Tavares. Dois laços que marcariam profundamente trajetória de José Luís.

No mesmo ano de criação da Universidade de Brasília, 1962, Ruy Mauro Marini integra-se a ela como auxiliar de ensino em ciência política e teoria política. Sua estada em Brasília seria curta: foi sumariamente demitido em 1964. Duas vezes preso e duas vezes libertado por habeas corpus, asilou-se no Embaixada do México e seguiu para esse país um mês depois. Em 1969, Marini junta-se a “uma vasta colônia de exilados brasileiros”.

Fragmento 6 – Ruy Mauro Marini

“O período que ali passei [na França entre 1958 e 1960] coincidiu com o auge da teoria desenvolvimentista na América Latina e no Brasil – com a qual eu me familiarizara na EBAP [Escola Brasileira de Administração Pública da FGV], pela mão de [Alberto] Guerreiro Ramos, havendo inclusive assistido de perto o processo de formação do ISEB [Instituto Superior de Estudos Brasileiros] (e, antes dele, do IBESP) – e com sua difusão na academia francesa, tendo [Georges] Balandier como pontífice [...]. As teorias do desenvolvimento, em voga nos Estados

Unidos e nos centros europeus, se me revelaram, então, como o que realmente eram: instrumento de mistificação e domesticação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e arma com a qual o imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no pós-guerra pela descolonização. Começa, então, o meu afastamento em relação à Cepal, fortemente influenciado, ademais, pela minha crescente adscrição ao marxismo (MARINI, Memória).”



Ruy Mauro Marini
Foto: Reprodução/MST

4. Segundo Movimento: “Visões matematizadas da ciência econômica (1967-1979)”

Além do afastamento do poder dos desenvolvimentistas nacionalistas, vinculados à Cepal, à Sudene e ao Clube dos Economistas, o período assiste a adesão dos desenvolvimentistas não nacionalistas aos monetaristas. Também notável é a entrada de paulistas, oriundos especialmente de classes médias e baixas, nos postos de poder. “No início, São Paulo aparece como uma meritocracia sem laços quando comparada ao cenário da capital”, revela a autora.

A maioria dos professores da Faculdade de Economia da USP são filhos de imigrantes com nenhuma relação com os dirigentes da nação. A figura proeminente dos paulistas era Delfim Netto. Através de sua participação na ANPES (Associação Nacional de Programação Econômica e Social), um instituto de pesquisa

econômica financiado por empresários paulistas, Delfim projetou-se nacionalmente e levou consigo outros colegas, como Affonso Celso Pastore.

O posicionamento econômico de Delfim era bastante plural: “mantinha o Estado bastante presente na economia, operando sem contenção de gastos e contando com o endividamento para impulsionar o crescimento, o que desagradava os monetaristas e era bem visto por setores nacionalistas; fomentava a agricultura de exportação como via para equilibrar a balança, aproximando-se àqueles para quem o país tinha vantagens comparativas na agricultura; mantinha considerável protecionismo, o que agradava os nacionalistas e era profundamente rejeitado pelos monetaristas; mas conservava a política de arrocho salarial instaurada pelos desenvolvimentistas não nacionalistas, o que desagradava toda oposição”.

A rede indica, também, o crescimento tanto de uma ortodoxia matematizada, cujos princípios emanavam da Escola de Chicago, quanto de uma heterodoxia matematizada, formada igualmente nos EUA, mas crítica aos pressupostos da teoria neoclássica. Edmar Bacha, vinculado à PUC-RJ, é o indivíduo de maior destaque na vertente heterodoxa matematizada. Dentre os chamados Chicago Boys, Carlos Geraldo Langoni é quem se sobressai.



A maioria dos professores da Faculdade de Economia da USP são filhos de imigrantes com nenhuma relação com os dirigentes da nação."

Dissidente da orientação da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV-RJ, estreitamente vinculada ao ideário Chicago, o grupo de Chico Lopes, Dionísio Dias Carneiro e Rogério Werneck consegue montar o mestrado da PUC-RJ, com ajuda do Ipea, da Anpec e da Fundação Ford.

Edmar Bacha junta-se ao três no final de 1978, primeiro ano de funcionamento do mestrado. “Pedro Malan e Régis Bonelli, que trabalhavam no INPES, passaram a transitar entre a PUC-RJ e o Ipea. Na sequência José Márcio Camargo, Lara Resende e Eduardo Modiano concluíram os doutorados no MIT e, ao regressar ao Brasil, uniram-se ao grupo. Persio Arida veio da USP reunir-se a colegas e amigos do período da Cambridge estadunidense”.



Fragmento 7 - André Lara Resende e Persio Arida
“As trajetórias familiares de André e Persio são e não são distintas. André parte de uma situação eximamente privilegiada, com uma inserção mais antiga e prestigiosa na sociedade brasileira; Persio é descendente de imigrantes, mas nasce em uma casa já enriquecida e tem a oportunidade de multiplicar enormemente seu capital cultural. Persio havia sido politicamente ativo e ingressado na economia devido ao flerte com o marxismo; André não tinha atividades políticas e queria ter sido engenheiro. Adquiriram, com o tempo, posições bastante próximas em economia. Os dois manejavam com facilidade e desenvolveram interesse pela abstração, o que foi essencial para que aderissem a uma ciência econômica repleta de modelos e para que reivindicassem o predomínio na economia da lógica e não da ideológica, razão pela qual ambos rejeitam Chicago.”

Sobre as formas matematizadas, ortodoxa e heterodoxa, da economia, constata Elisa Klüger: “Nos dois casos, entretanto, é possível observar que a prova e a refutação passam a dever-se essencialmente à capacidade de demonstrar e justificar estatística e econometricamente as análises, fazendo uso de linguagem altamente esotérica, que excluía aqueles que não tinham formação especializada, encerrando os debates econômicos em um universo de iniciados e distanciando a economia das ciências humanas”.

5. Terceiro Movimento: “A frente de oposição no governo (1979-1990)”

Com José Sarney na Presidência, chegam ao poder na economia os críticos da ditadura: os economistas heterodoxos ocupam, majoritariamente, o comando da Nova República. Participaram economistas da Unicamp (João Manuel, Belluzzo, Luciano Coutinho); da UFRJ (Carlos Lessa, Eduardo Augusto Guimarães); da EAESP-FGV (Luiz Carlos Bresser Pereira, Yoshiaki Nakano); da FEA-USP (João Sayad, Andrea Calabi, Montoro Filho); da PUC-RJ (Edmar Bacha, Persio Arida, André Lara Resende).

Fragmento 8 - João Sayad et alii

“O Sayad virou diretor de cursos da Fipe. Ele tinha voltado do exterior e virou diretor e me convidou para ser coordenador [...]. Nós montamos um grupo de pesquisas que era sobre energia. Tinha explodido o preço de petróleo em 1979, então a ideia toda era quanto custaria a energia em geral e principalmente no setor elétrico. Um grupo de pesquisa de que fazia parte o Sayad, eu, o Marcos Giannetti, o Calabi e o Philippe Reichstul. Então nós ficamos juntos aí uns dois ou três anos fazendo essas pesquisas. Quando o Sayad foi indicado para ser secretário da Fazenda esse grupo todo foi com ele. O Sayad Secretário. O Calabi para tocar a DIVESP [Distribuidora de Valores e Títulos Mobiliários do Estado de São Paulo], eu cuidava da assessoria econômica. O Philippe cuidava das estatais e o Marcos foi como presidente da Caixa. Nós fomos todos com ele. Então esse grupo ficou um grupo muito próximo (Entrevista de Francisco Vidal Luna à autora, 2014).”



João Sayad
Foto: Reprodução/Revista Oeste

A equipe de Sayad é, em seguida, alçada ao Ministério do Planejamento. A entrada de Dílson Funaro para o comando da Fazenda e de diversos heterodoxos da PUC-Rio no Banco Central e IBGE completam o time responsável pela implantação do Plano Cruzado em 1986.

“O Terceiro Movimento, que se encerra ao final do governo Sarney, foi caracterizado pela cooperação das oposições em busca da solidificação da economia do regime democrático. Às diferenças entre as escolas existentes no início do período, inicialmente abafadas em nome da missão comum, agregaram-se cisões partidárias e divergências decorrentes das disputas que os grupos tiveram ao tentar governar juntos.”

6. Quarto Movimento: “O BNDES dos governos Collor, Itamar e FHC (1990-2003)”

Elisa Klüger avalia que, nesse período, as linhas de pensamento econômico se transformam. Perdem centralidade tanto o monetarismo da FGV-RJ quanto o desenvolvimentismo nacionalista que era a marca do Clube dos Economistas e da Assessoria de Vargas. “Em seu lugar, são identificadas aglomerações de ‘Liberais-desenvolvimentistas’, ‘Neoliberais’ e ‘Não liberais-desenvolvimentistas’, delineando um triângulo no espaço.”

Liberalização, abertura externa e desestatização compunham o projeto modernizador de Fernando Collor, como expõe

Eduardo Modiano, presidente do BNDES entre 1990 e 1992: “Eu senti uma grande identificação com as principais linhas de ação que o novo governo pretendia dar e comecei então a me envolver, a ajudar... Aos poucos a minha participação na elaboração do programa, nas discussões, acabou me envolvendo de uma certa maneira que, depois, quando eu quis sair, não me deixaram. Neste momento, o presidente já estava praticamente eleito e não tinha mais volta. Eu já estava, de certa maneira, envolvido e também comprometido com as políticas de liberalização, de desestatização, de privatização que o novo governo tinha prometido implantar.”

Zélia Cardoso de Mello tornou-se ministra da Economia e líder da equipe que implementou o Plano Collor, com o confisco da poupança entre as medidas adotadas.



Zélia Cardoso de Mello
Foto: Reprodução/NSC Total

Fragmento 9 - Zélia Cardoso de Mello

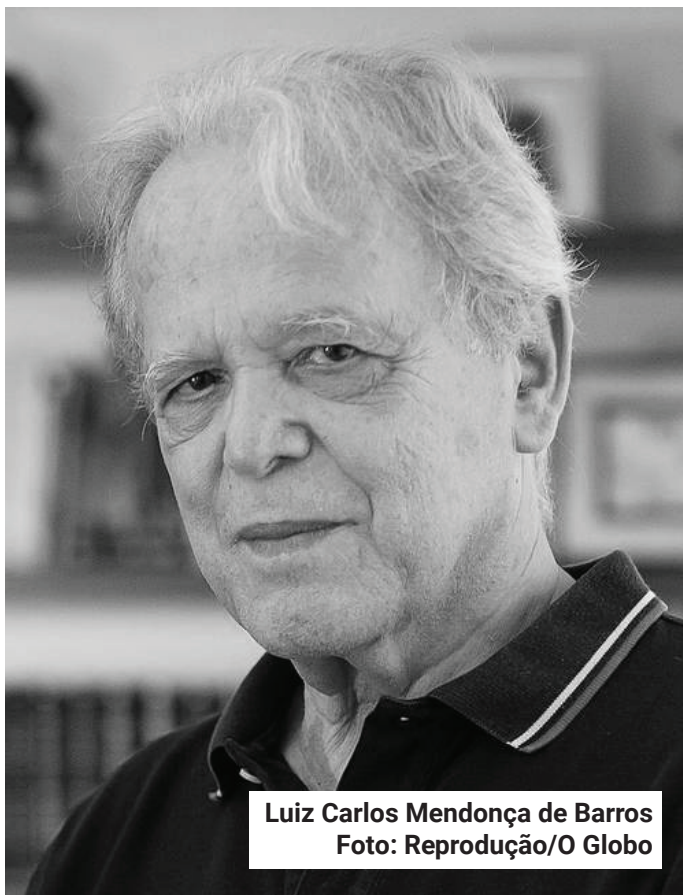
“Zélia foi criada no Jardim Paulistano e passava férias nas fazendas da família. Chegou a frequentar o curso de Madame Poças Leitão, que iniciava as jovens das famílias abastadas nas boas maneiras e no bailado. Teve rigorosa formação católica e com os pais ia à missa na igreja Nossa Senhora do Brasil, localizada nos Jardins e frequentada pela alta elite paulistana. As principais inflexões

na trajetória de Zélia foram promovidas por alguns primos que atuavam na política e na economia. A primeira mudança de vulto foi a transferência para o Colégio de Aplicação da USP. Seus primos conseguiram convencer Emiliano e Auzélia [seu pai e sua mãe] da superioridade intelectual da escola, na qual lecionavam professores ligados à USP. Lá, Zélia aproximou-se de grupos de esquerda e durante a faculdade chegou a atuar algum tempo no PCB.”

O governo FHC localiza-se na rede entre as correntes neoliberal e liberal-desenvolvimentista. A primeira com origem predominante na PUC-RJ e a segunda na FEA-USP e Unicamp. Dois presidentes do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros (1995 a 1998), da segunda corrente, e André Lara Resende (1998), da primeira corrente e “um dos economistas com maior número de conexões na rede pela multiplicidade de seus laços”, eram sócios no Banco Matrix quando participaram do governo FHC. Com o decorrer do tempo o governo FHC pende mais exclusivamente para o neoliberalismo.

Fragmento 10 - Luiz Carlos Mendonça de Barros

“Depois de ter atuado no Banco Central durante a elaboração e implementação do Plano Cruzado, Luiz Carlos retomou suas atividades no mercado financeiro. Antes de trabalhar na equipe de Fernão Bracher no BCB, havia passado pelo Investbanco, pela corretora Patente e pelo Planibanc... [Conta Luiz Carlos que] ‘quando o presidente FHC montou o governo, o Sérgio Motta veio falar comigo da possibilidade de eu participar. Acontece que eu e o André (Lara Resende) tínhamos fundado o Matrix havia muito pouco tempo. Achamos que seria uma falta de responsabilidade com os outros sócios abandonar tudo. Por isso não participei da equipe inicial. No fim de 1995, o Edmar Bacha tinha recebido um convite para trabalhar no setor privado e queria sair. Achei que já havia condições de sair do banco. Aceitei, mas sabia que havia um certo conflito de ideias no ar. E fui para o BNDES, convidado pelo Serra e pressionado muito pelo Sérgio Motta, amigo de 30 anos’ (BARROS, 1999).”



Luiz Carlos Mendonça de Barros
Foto: Reprodução/O Globo

Janeiro, multiplicam-se aqueles que ascendem através do investimento escolar”. A terceira geração, nascidos a partir de 1940, apresenta semelhanças com as elites anteriores, mas agrega membros de famílias imigrantes, nas quais pais e avós já tinham acumulado capital.

“A terceira geração foi a principal beneficiada pela multiplicação dos convênios internacionais ampliados ao longo dos anos 1960, notavelmente como efeito da intensificação dos programas de cooperação científica norte-americanos durante a Guerra Fria. Os membros dessa geração formam o primeiro grupo a frequentar sistematicamente doutorados no exterior, tornando-se os agentes da transferência para o Brasil do desenho institucional dos departamentos de economia das universidades norte-americanas e da economia matematizada que conquistava posição dominante no espaço global dos economistas.”

Alguns dos poucos que foram estudar em outros países tiveram formação distinta daquelas que predominavam nos Estados Unidos. Como Ruy Mauro Marini relata no texto Memória que produziu para a Universidade de Brasília em meados de 1980:

“As teorias do desenvolvimento, em voga nos Estados Unidos e nos centros europeus, se revelaram, então, como o que realmente eram: instrumento de mistificação e domesticação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e arma com a qual o imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no pós-guerra pela descolonização.”

Finale

No princípio eram os economistas práticos, membros da elite ou funcionários públicos de destaque, formados especialmente em direito, que estudaram economia por conta própria. Aqueles poucos com formação em economia estudaram no exterior. A segunda geração, nascidos entre 1920 e 1940, eram advogados ou engenheiros: “ao lado do grupo pertencente à elite nacional centrada no Rio de

“As teorias do desenvolvimento (...) se revelaram como o que realmente eram: instrumento de mistificação e domesticação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e arma com a qual o imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no pós-guerra pela descolonização.”

Uma profissão com incontáveis possibilidades

Por Manoel Castanho, Coordenação de Comunicação Cofecon

Qual é a primeira figura que vem à mente quando se pensa em um(a) economista? Talvez seja a de uma pessoa vestida de maneira formal, trabalhando no departamento financeiro de uma empresa de médio ou grande porte, na bolsa de valores ou talvez ainda na assessoria econômica de algum ministério, prefeitura ou outro órgão público. Estes são alguns estereótipos, mas a verdade é que os profissionais de Ciências Econômicas atuam em uma vasta gama de atividades – a ponto de, muitas vezes, as pessoas em geral não saberem o que faz um economista. Poucas profissões abrem tantas possibilidades diferentes de trabalho.

O economista estuda fatos históricos, dados e estatísticas para descobrir tendências na atividade econômica. As informações coletadas servem como ponto de apoio para recomendações que melhorem a eficiência de um sistema ou que ajudem a obter vantagens dentro de cada tendência. Assim, ajuda a construir e preservar o patrimônio de pessoas, empresas e governos, implementando soluções para problemas financeiros, econômicos e de gestão.

De acordo com o decreto 31.794/52, que regulamentou a profissão, para exercer sua atividade profissional “o economista pode valer-se dos instrumentos de estudos, análises, projetos, relatórios, pareceres, perícias judiciais e extrajudiciais, avaliações, mediações e arbitragens, laudos, auditorias ou certificados

sobre os assuntos compreendidos em seu campo profissional”.

E qual seria este campo de atuação profissional? A Consolidação da Legislação da Profissão de Economista, em sua seção 2.3.1, traz uma listagem de atividades que se inserem entre as inerentes à profissão de economista. Entre elas, destacam-se: assessoria, consultoria, pesquisa



econômica, estudos de mercado e de viabilidade econômico-financeira, análise e elaboração de cenários, planejamento estratégico nas áreas social, econômica e financeira, estudos e análise de mercado financeiro e de capitais e derivativos, estudos referentes à economia da tecnologia, do conhecimento e da informação, da cultura e do turismo, produção e análise de informações estatísticas (incluindo contas nacionais e índices de preços), planejamento e implementação de políticas tributárias e de finanças públicas, assessoria e análise em política econômica, fiscal, monetária, cambial e de crédito, avaliação patrimonial e econômico-financeira de empresas, perícia judicial e extrajudicial, avaliação de intangíveis, análise de investimentos, estudos para elaboração de orçamentos públicos e privados, estudos de impacto econômico e social relacionados ao meio ambiente e aos recursos naturais, elaboração e análise de estratégias empresariais e de concorrência, finanças internacionais, consultoria em finanças pessoais,

regulação de serviços públicos e defesa da concorrência, estudos e cálculos atuariais no âmbito de previdência e seguros, atuação nos campos da economia solidária e economia criativa, arbitragem, mediação...

Cansou? Estes são vários dos trabalhos listados na seção 2.3.1, e ainda há uma descrição detalhada das atividades, que pode ser encontrada no site do Cofecon.

Outro documento, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), dispõe de nada menos do que 38 descrições de profissões do economista, desde as mais gerais (de código 251205) a algumas mais específicas (há códigos de atividades referentes a economista agroindustrial, financeiro, industrial, do setor público, ambiental, regional e urbano). E não estão listadas atividades como a docência, já que na listagem da CBO o código de ocupação é outro.

Atividades mais comuns

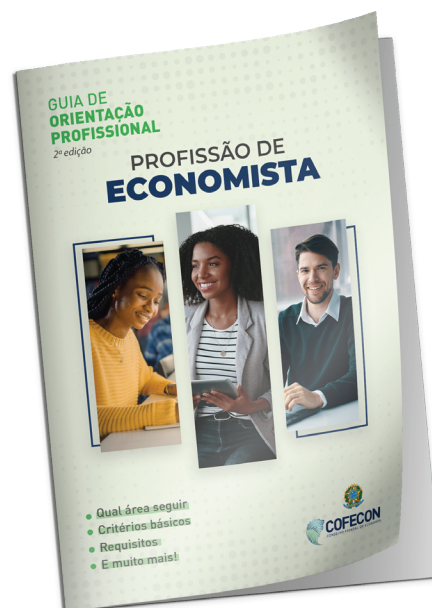
O Guia de Orientação Profissional do Cofecon, que teve sua segunda edição lançada em 2022, traz algumas das atividades mais comuns dos profissionais de Ciências Econômicas. Uma delas é a de projetos de viabilidade econômico-financeira. Na maioria das vezes, eles servem para ajudar o empresário a planejar e executar de forma correta um investimento, ou mesmo a obter crédito a uma taxa acessível. Ali há informações importantes como fluxos de caixa, projeções financeiras e de planejamento de negócios, que serão de suma importância para o desempenho do empreendimento.

O mercado financeiro é um dos campos mais evidentes do economista, mas possui uma grande quantidade de atividades diferentes, que vão desde a atuação em mesas de operações, passando pela gestão de fundos, planejamento tributário, análise de riscos, avaliação de empresas, entre outras. Um economista, cuja formação permite conhecer bem o ambiente macroeconômico de um país ou região, é um profissional bastante capacitado para fazer uma análise que parte dos aspectos macro em direção aos microeconômicos (também conhecida como análise top-down).





“O Guia de Orientação Profissional do Cofecon, que teve sua segunda edição lançada em 2022, traz algumas das atividades mais comuns dos profissionais de Ciências Econômicas.”



Outra área de atuação dos economistas é a acadêmica, como professores e pesquisadores. Nela é possível desenvolver de forma aprofundada o conhecimento proporcionado pela Ciência Econômica – e a responsabilidade do profissional não é somente para com seus alunos, mas principalmente para com a sociedade, por meio dos resultados de seus estudos. Alguns economistas desenvolvem a docência junto a outras atividades; outros se dedicam exclusivamente a ela.

O setor público também é um lugar que emprega uma quantidade de economistas. As atividades vão desde a elaboração de orçamentos até a análise de cenários, passando pela avaliação do impacto e do resultado de políticas públicas. Qual é a forma de fazer com que o projeto desenvolvido em um ministério possa realmente trazer benefícios para o público que se pretende atender? Como garantir que este projeto tenha eficiência e que os recursos investidos nele produzam resultados concretos? Um profissional pode ter várias atribuições no setor público, uma delas, por exemplo, é o processo orçamentário. Essa função foi tema de uma oficina promovida pelo Cofecon e ministrada pelo economista Odilon Guedes. Em suas aulas sobre processos

orçamentários, Guedes abordou a importância do orçamento como fonte de informação, as leis que constituem o processo orçamentário, classificações de receitas e despesas, orçamento participativo e etapas da execução orçamentária.

O economista também está em agências de fomento, que garantem financiamentos com potencial para desenvolver determinadas cidades ou regiões, fazendo análise de crédito e garantindo a eficiência do processo; nas agências reguladoras, busca garantir que a concorrência seja eficiente em mercados que nem sempre o são e que, onde ela não é possível (como no caso das empresas de energia elétrica), que a sociedade seja devidamente atendida pelos serviços regulados; no Banco Central, economistas assessoram e tomam decisões que afetam todo o ambiente macroeconômico do país.

Há também os órgãos de pesquisa, que produzem uma variedade de informações e estatísticas que serão fundamentais para dirigir as políticas públicas. Tanto na produção quanto na análise das estatísticas é fundamental saber separar o que é informação do que é ruído, dando importância aos aspectos que devem ser priorizados pelo governo local ou federal

(e também pelo setor privado, que também se beneficia da produção de estatísticas por órgãos como o IBGE).

Em empresas, tanto estatais quanto privadas, o economista desenvolve estudos e análises macro e microeconômicas, analisando que aspectos afetam o ambiente e quais são as questões importantes dentro do setor em que elas estão inseridas. Planejamento estratégico, estudos de mercado, controle de custos, elaboração de orçamentos e análise socioeconômica estão entre as atribuições do profissional de Ciências Econômicas. Com a ascensão do ESG (do inglês *environmental, social and corporate governance*) a análise, em última instância, não busca apenas o lucro, mas também o cumprimento de uma função social.

A auditoria também é uma atividade importante desempenhada pelos economistas. Seja no controle interno ou externo, seu trabalho visa certificar que a empresa é bem administrada, analisando fluxos de caixas e reconhecendo possíveis anormalidades. Ao final da avaliação, ele destaca onde a empresa pode melhorar e que medidas devem ser tomadas.

O agronegócio também possui uma gama de atividades para as quais o economista está capacitado, desde a mesa de operações até a compra e venda de insumos, a análise de cenários econômicos e das tendências de preços.

Novos campos

Em um mundo que está em constante mudança, vários campos novos surgiram ao longo das últimas décadas e ganharam força, e o Sistema Cofecon/Corecons está atento a estas mudanças.

Embora a área de perícia judicial e extrajudicial não seja nova, os economistas têm, cada vez mais, ocupado seu espaço, realizando cálculos de liquidações, indenizações, avaliação patrimonial, entre outros. Desta forma, seu conhecimento auxilia o juiz (ou uma das partes) a encontrar a solução justa para determinados litígios. Os Corecons oferecem cursos de perícia para aqueles economistas que desejam adquirir novos conhecimentos e capacitar-se nesta área; e a Comissão de Perícia Econômico-Financeira,

Mediação e Arbitragem do Cofecon promoveu uma oficina sobre o assunto no ano passado.

Outra área é a economia comportamental, que inclusive possui alguns ganhadores do Prêmio Nobel de Economia nos últimos 20 anos. Ela estuda o comportamento humano e como os vieses psicológicos afetam a tomada de decisões econômicas – que, no fim das contas, não é tão racional como se supunha anteriormente, o que permite questionar não só o conceito do *homo economicus* como também o da eficiência dos mercados. O Cofecon foi uma das entidades apoiadoras da publicação do Guia de Economia Comportamental e Experimental, organizado por Flávia Ávila e Ana Maria Bianchi, disponível on-line, e o tema tem sido objeto de debates em cada edição do Congresso Brasileiro de Economia.

O desenvolvimento das tecnologias e a quantidade de dados criados e armazenados fazem com que exista muita informação disponível (*big data*), exigindo capacidade de ordenamento e interpretação – e é aí que a formação abrangente do economista pode fazer a diferença em áreas inusitadas, como a análise de dados referentes ao esporte de alto rendimento. Não por acaso, os autores do livro “Os Números do Jogo”, que trata de estatística aplicada ao futebol, são dois professores de economia, Chris Anderson e David Sally.

O mercado de criptoativos também abre oportunidades para os economistas. Por ser algo muito novo e, de certa forma, disruptivo, ainda é difícil encontrar parâmetros históricos que sirvam de comparação para balizar uma avaliação correta. A capacidade de análise que o economista possui faz toda a diferença neste cenário, tanto para avaliar os fundamentos de cada ativo quanto o seu potencial de desenvolvimento. O Cofecon realizou em maio, por meio de sua plataforma de educação a distância, uma oficina sobre mercado de criptoativos e moedas digitais.

Apesar da quantidade de atividades e ocupações mencionadas, esta lista está longe de ser exaustiva. O economista é, de fato, um dos profissionais que possui mais alternativas de áreas de atuação, tendo uma profissão com incontáveis possibilidades.

Novas profissões do mundo virtual

Por Welinton dos Santos

Estar atento às novas realidades das profissões nem sempre é uma tarefa fácil, visto que as novas ocupações demandam conhecimentos específicos.

Entre as novas tecnologias que ampliarão o mercado de trabalho está o Blockchain, nome da tecnologia que registra as transações dos usuários em uma base de dados distribuídas em um registro permanente à prova de violação. Funciona como um livro razão público (ou livro contábil) na qual insere os registros de uma transação de moeda virtual.



Welinton dos Santos

Conselheiro da Prefeitura Municipal de São José dos Campos – SP, conselheiro do Corecon-SP e professor universitário. Autor de 27 livros, os dois últimos são: Planejando a Carreira – Guia Prático para o Desenvolvimento Pessoal e Profissional, e Perícia e Arbitragem Contábil. Coordenador do NAF – Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal da Receita Federal na UMC/Mogi das Cruzes/SP.



Profissionais do momento e gerações futuras necessitam se adaptar ao novo contexto trazido pela "Era Virtual". Abordaremos algumas profissões do mercado de criptoativos, metaverso e moedas digitais.

Conforme orientação do MEC, as atividades extensionistas precisam galgar por ordenação dentro das expectativas do campo profissional, contemplando a curricularização de novas atividades. Entre eles ressaltamos as novas atividades que possam ser contempladas pelos cursos de Economia.

Vamos começar com o **Especialista em Blockchain**, com salários iniciais na ordem de R\$ 3.500,00, bons profissionais podem ter remunerações anuais de até R\$ 170.000,00. Esta é uma atividade do novo contexto tecnológico que contempla atividades e ações de multidisciplinariedades, das quais, o papel do economista é relevante.

Analista de DevOps – abreviatura de Desenvolvimento & Operações. Atuando em desenvolvimento de sistema e infraestrutura, no mercado dos criptoativos é responsável por etapas de implementação e gestão de Blockchain. Os salários podem ultrapassar R\$ 15 mil (maio/2022). A gestão dos mercados dos ativos digitais envolve milhões ou até bilhões de reais, o que demanda uma percepção única de um profissional atualizado com a realidade econômica do mercado de criptoativos. O economista com esta formação complementar demonstrará o foco dos possíveis investimentos e suas interações.

Cientista de Dados Blockchain – pessoa responsável pelo processo e estrutura desnormalizada de origem em um blockchain,

validando a integridade dos blocos, criptografias e a integridade das árvores merkle. Atividade que pode ser exercida por um economista com conhecimento em tecnologia de Blockchain.

Cientista de Dados – ligado ao mercado de TI, este profissional é conhecido por resolver problemas complexos, além de entender de algoritmos, lógica, matemática, tecnologia e tendências virtuais. Atividade exercida por este autor, que em muitos detalhes pode ser exercida por um economista.

Consultor de Blockchain – profissional que presta serviços de consultoria para organizações que utilizam desta tecnologia, com intuito de otimizar sua utilização. Compete a este profissional explicar o funcionamento, evolução, riscos operacionais e sistêmico, no menor espaço de tempo específico. A contratação de um profissional deste conhecimento gera economia de custos e agilidade nos processos organizacionais. Aqui existe uma concentração de ações do economista, como a otimização dos recursos, a minimização de custos, a orientação técnica científica dos modelos adotados, além de análises financeiras de possíveis resultados.

Na parte de infraestrutura temos o **Arquiteto de Sistemas Blockchain**, que é o especialista que integra, cria e aconselha o melhor uso da tecnologia blockchain em projetos de ordem técnica adequada às necessidades empresariais. Conforme o projeto a ser desenvolvido, este profissional irá trabalhar em consonância ao economista, para integrar a real necessidade de sistemas tecnológicos que minimizem custos empresariais.

Contador de Ativos de Blockchain/ DLT (*distributed ledger technology*, "Tecnologia



Profissionais do momento e gerações futuras necessitam se adaptar ao novo contexto trazido pela 'Era Virtual'.

de Registro Distribuídos” em um livro de registro, aberto e descentralizado) – validação de documentos contábeis, com base na contabilidade financeira em blockchain para empresas do setor. Este é um trabalho para contadores, porém suas análises e validações são processos de validação em auditorias realizadas que podem ser feitas por economistas, ou mesmo, perícia dos valores auferidos em suas demonstrações financeiras. Em levantamentos técnicos de informações de bens imateriais, o economista pode participar no processo de valoração destes ativos (área pouco explorada com volume de demanda de serviços presentes).

Desenvolvedor Web – fundamentais para o mercado de criptoativos, principalmente para o metaverso, pela necessidade de mais programadores do que nunca nos ambientes gráficos repletos de detalhes, como jogos de RPG, videogames interativos e expandidos. Este profissional sempre será orientado pelo responsável do projeto a ser confeccionado, pois aqui, apesar de ser jogos, há uma movimentação de bilhões de dólares, das quais, existe a necessidade de desenvolvimento de programas suporte técnico, econômico e de regulação,

atividades estas que integram conhecimentos da área econômica e que podem ser exercidas pelos economistas.

Perito em Ativos de Blockchain /DLT – profissional que faz a perícia, comprovação e validação da emissão dos documentos contábeis, com conotação da contabilidade financeira. Esta atividade pode ser exercida tanto por economistas, contadores ou administradores de empresas, com habilitação técnica em perícia, mediação ou arbitragem ad hoc ou institucional.

Auditor de Ativos Blockchain/DLT – faz a auditoria dos documentos e relatórios contábeis de todas as transações efetuadas com criptoativos. Por serem ativos financeiros, a auditoria precisa ser realizada por um especialista de mercado que entenda de contabilidade e economia. Esta é uma área com grande viés para o economista.

Analista de Governança – o foco deste profissional é a proteção de dados, a segurança do Blockchain. Responsável pelo planejamento e implementação das possíveis mudanças nos recursos tecnológicos de segurança. Ganhos médios na casa de R\$ 5 mil (junho/2022). Pode ter outra denominação tal qual: **Analista**



de Governança Empresarial com Blockchain/ DLT. A governança corporativa é um viés novo para o profissional de economia, provocado pelo processo acelerado de mudanças no ambiente empresarial.

Analista de Compliance – profissional que visa demonstrar as boas práticas de gestão de uma organização, implantar e acompanhar processos de mitigação de riscos, conforme descritos nas leis em vigor do país, com regras claras baseadas em pilares tecnológicos do blockchain nos negócios. Podem fazer parte da equipe de Compliance diversos profissionais, entre eles o economista.

Gestor de Fundos de Criptoativos – profissional que opera através de uma corretora ou Exchange na área da bolsa de valores, em operações que envolvem day trade/swing trade/funding e outros, com conhecimentos de legislação, tendo habilidades para gerir investimentos de pequenos a grandes fundos que envolvam criptomonedas. Por compreender uma área de circulação de valores e investimentos, os profissionais de economia seriam os mais indicados a compor a gestão de um fundo monetário de criptoativos.

Estrategista do Metaverso – profissional responsável por identificar oportunidades de negócios no mundo virtual. Conduz e influencia roteiros, auxilia no desenvolvimento de métricas e parâmetros de análises. Grande conhecimento de marketing, economia e gestão empresarial. Esta é uma habilidade a ser desenvolvida por profissionais de alta capacidade técnica que transitam por várias áreas de conhecimento de nível superior. O perfil do economista também atende a este quesito.

Apesar de o metaverso ainda estar em construção, a realidade virtual transformará definitivamente a vida em sociedade.

Vale ressaltar que o planejamento de carreira é importante para aproveitar as novas oportunidades deste dinâmico novo mercado de ocupações profissionais.

Outro fator importante é verificar que muitas das novas profissões estão atreladas ao universo do blockchain, que permite abrir portas no mercado de trabalho, estabelecendo elos de novos modelos econômicos, com a geração de empregos reais.

Mas este universo, com novas oportunidades de trabalho, não para por aqui. No site do LinkedIn (rede social profissional), uma das vagas mais procuradas neste novo universo é a de **“Desenvolvedor de Blockchain”** (Blockchain Developer), que é a pessoa que constrói um blockchain. Há várias universidades pelo mundo oferecendo cursos para certificação deste profissional em Blockchain, mas ainda insuficiente ao atendimento às reais necessidades do mercado mundial.

Outro dado interessante é a questão do novo ambiente de vendas no metaverso, em que os vendedores precisam se adaptar às novas realidades. Adaptação será a palavra-chave visto que, os vendedores precisam interagir com avatares para vivenciar e vender dentro de um ambiente virtual expandido. O metaverso não é um ambiente estático, pelo contrário é um novo conceito de vendas que irá subsidiar novas necessidades humanas que impactam nas emoções e nos sentimentos reais dos consumidores.

Neste ambiente virtual os gatilhos mentais e as sensações de consumo impactaram em hábitos e sensos de urgência da sociedade contemporânea.

O metaverso precisará de mais estes profissionais, alguns de área de TI e outros que podem inclusive contemplar novas atividades ao economista: Programador de Software; Agile Expert; Analista de Processos de Negócios; Engenheiro de Software Ágil; Gerente de Projetos; Gestor de Processos de Negócios; Product Manager; Product Owner; Profissional SER.

Em ambiente de Cloud Computing, de Arquiteto Cloud Computing; Profissional AWS Cloud Computing; Profissional Azure Cloud Computing.

Na área de Data Science: Analista de Banco de Dados; Analista de Dados; Arquiteto de Big Data; Desenvolvedor Business Intelligence; Engenheiro de Dados; Engenheiro de Dados Cloud; Gestor de Business Intelligence; Gestor de Dados.

Em ações da área de Development: Administrador Linux; Arquiteto de Soluções; Desenvolvedor Python; Desenvolvedor Front-End; Desenvolvedor Mobile; Desenvolvedor React. Na área de Gestão de TI: Gestor de TI.

No desenvolvimento das competências da área de Inteligência Artificial temos os seguintes profissionais: Arquiteto Machine Learning; Analista em Visão Computacional; Engenheiro de Deep Learning; Engenheiro de Machine Learning.

Em áreas de Transformação Digital, precisamos dos seguintes profissionais: Analista de Inovação e o Analista de Transformação Digital.

Para complementar as equipes do metaverso, os seguintes profissionais na área de User Experience: Analista de Marketing Digital; Designer de Produto; UX Designer, estes recebendo orientações conforme análise estratégica de atuação empresarial.

Como podemos observar, as novas tecnologias virtuais criarão um leque enorme de oportunidades profissionais, com muitas ocupações novas e outras que ainda desconhecemos.

Para os profissionais de economia também existem oportunidades em desenvolvimento de análises econômicas de projetos; analista de exploração de capital; estrategista de recompensas entre tantas outras profissões que ainda serão denominadas e requisitadas pelo mercado conforme a tecnologia de TI e o mercado de criptoativos evoluem, incluindo o metaverso.

Não há dúvidas que novos nichos de mercado surgirão com a evolução do mercado de criptoativos, moedas digitais e a nova realidade virtual do metaverso, mas será necessário preparar profissionais especializados para preencher estas vagas, inclusive economistas, para esta nova realidade da criptoeconomia.



R\$ **18 MIL**
EM PRÊMIOS

XXVIII Prêmio Brasil de Economia

CATEGORIAS

ARTIGO TEMÁTICO: ESTADO, ECONOMIA E DEMOCRACIA NO BRASIL
LIVRO DE ECONOMIA • ARTIGO TÉCNICO/CIENTÍFICO
MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO

**INSCRIÇÕES PRORROGADAS
ATÉ 30 DE AGOSTO**

INSCREVA-SE EM COFECON.ORG./PBE



Aplicações contemporâneas da economia comportamental

Por Flávia Ávila

1. O que é economia comportamental e do que se trata

A economia comportamental tem ganhado destaque por meio de suas contribuições teóricas e empíricas nos últimos anos. Antes tratada como uma área marginal da economia, hoje já demonstra resultados robustos em setores que se estendem desde sustentabilidade, até hábitos de consumo, desenvolvimento de produtos e serviços públicos e privados, educação, direito, segurança, privacidade, bem-estar e, recentemente, fortes contribuições para adesão e distribuição de vacinas em tempos de pandemia.

Um marco importante para o campo



Flávia Ávila

Fundadora e CEO da consultoria InBehavior Lab com mais de 15 anos de experiência em estudos experimentais sobre o comportamento humano. Mestre em Economia Comportamental pela Universidade de Nottingham. Membro titular do Núcleo de Estudos Comportamentais da CVM. Fundadora do primeiro curso de Pós-Graduação em Economia Comportamental no Brasil pela ESPM.

foi o lançamento do livro “Nudge: Como tomar melhores decisões sobre saúde, dinheiro e felicidade”, por Richard Thaler e Cass Sunstein, em 2008. O termo “nudge” significa, em tradução livre, um “empurrãozinho”. Em termos práticos, é uma intervenção comportamental, que tem como objetivo mudar o contexto em que uma decisão é tomada, sem impedir a liberdade de escolha, nem afetar incentivos econômicos, semelhante a um GPS, por exemplo. O usuário do GPS escolhe o ponto de partida e de chegada e o software identifica a melhor rota, de maneira transparente e sem retirar a liberdade de escolha do usuário de não seguir a rota sugerida. O GPS apenas facilita o caminho.

Economia comportamental é uma área da economia cujo objeto de estudo é a tomada de decisões em um ambiente cuja racionalidade é limitada, isto é, em que os agentes têm limitações cognitivas e não conseguem agir de maneira otimizada. Tal como o Homo economicus, Herbert Simon descreve o ser humano não como “otimizador”, mas como aquele que fica “satisfeito” após receber um determinado conjunto de informações para tomar decisões. Nesses termos, o ser humano da economia comportamental utiliza de heurísticas, ou atalhos mentais, para tomar decisões ao ter que avaliar todos os possíveis outcomes e apresenta vieses, desvios sistemáticos, ou tendências comportamentais, muitas vezes previsíveis.

Após a década de 1970, com o trabalho de Kahneman (Nobel em 2002) e Tversky (Nobel Memorial em 2002) sobre heurísticas e, logo após, a teoria dos prospectos, iniciaram-se as principais discussões e produções na área.

As décadas de 1980 e 1990 deram, após diversas crises econômicas, espaço para as finanças comportamentais se expandirem. Nesta área específica da economia comportamental, estuda-se como agentes com limitações cognitivas podem causar desequilíbrios nos mercados de capitais globais, sendo que os autores mais proeminentes são Robert Shiller (Nobel em 2013) e George Akerlof (Nobel em 2001).

2. Expansão da economia comportamental pelo mundo

O prêmio Nobel de Richard Thaler em 2017 foi outro marco importante para de fato trazer a economia comportamental para o mainstream. Desde então, a academia aumentou a robustez e quantidade de publicações, conduzindo estudos, com resultados promissores em assuntos importantes da nossa era, como sustentabilidade e mudanças climáticas. Em 2020, a E&Y destacou em seu relatório de Megatrends a economia comportamental como uma megatendência do futuro, destacando a importância do design comportamental em um mundo cada vez mais ávido pela coleta de informações comportamentais e design de experimentos. Este aumento da popularidade pode ser visto na criação de centros de pesquisa ao redor do mundo, como Harvard, Cambridge, LSE, Duke University, entre outros, e no acúmulo de prêmios Nobel nas duas últimas décadas: Daniel Kahneman e Amos Tversky, Robert Shiller, George Akerlof e Richard Thaler.

“Economia comportamental é uma área da economia cujo objeto de estudo é a tomada de decisões em um ambiente cuja racionalidade é limitada (...)”



a. Expansão das behavioral insights units

A partir de 2018, várias unidades cujo propósito é a aplicação de insights comportamentais começaram a se consolidar em governos, nas empresas e na academia. Em 2018 a OCDE identificou 196 destes times dentro de governos ao redor do mundo. Atualmente este número é ainda maior. Uma “behavioral insights unit” pode ser definida como um grupo, formal ou informal, dentro de uma organização, que utiliza insights comportamentais para solucionar problemas, desenvolver produtos e serviços, políticas públicas, pesquisa comportamental e outras soluções informadas pelas ciências comportamentais.

Um estudo conduzido por Stephen Wendel em 2020 e publicado no livro “Building Behavioral Science in an Organization” em 2021 (este estudo é independente do publicado pela OCDE) reconheceu um total de 597 organizações que aplicam ciências comportamentais; esta lista compreende governos, centros acadêmicos, empresas e organizações sem fins lucrativos.

A maior parte destes times, 385, estão localizados em empresas, além disso, foram identificadas 90 instituições acadêmicas, bem como 63 instituições governamentais e 54 organizações sem fins lucrativos. A atuação das behavioral insights units é muito diferente entre estas entidades, deste modo, vamos focar mais nas atuações em centros acadêmicos e governos.

Quando falamos sobre behavioral unit, normalmente, a primeira que vem na nossa cabeça é o Behavioral Insights Team (BIT) do Reino Unido. O BIT, também conhecido como “A Nudge Unit” é a unidade comportamental mais antiga do mundo. Fundada em 2010, no governo do Reino Unido, hoje conta com escritórios nas Américas, Ásia, Oriente Médio e África, com áreas de atuação que se estendem de saúde à ajuda humanitária, crescimento econômico, formação de capital social, políticas para consumidores e tributação.

3. Áreas de atuação na economia comportamental

a. Expansão da área experimental na economia

A área experimental na economia anda lado a lado com a evolução da ciência de dados e inteligência artificial. Utilizar testes A/B, pilotos e Randomized Control Trials (RCTs) é uma realidade tanto no setor público quanto no privado, que permite a obtenção de resultados poderosos, baseados em hipóteses mais realistas sobre como uma política, produto ou serviço vai se comportar no “mundo real”.

Um momento importante para consolidação da economia aplicada e experimental foi o Nobel de 2021, cujos premiados foram David Card, Joshua Angrist e Guido Imbens. A pesquisa sobre mercado de trabalho mostrou que relações de causa e efeito

podem ser traçadas a partir de experimentos naturais, que simulam comparabilidade entre grupos e facilitam a simulação de contrafactuais.

b. Atuação de organizações multilaterais

É com o olhar experimental que organizações multilaterais têm formado parcerias com governos federais ao redor do mundo. Um exemplo importante é o papel do Mind, Behavior and Development Unit (eMBeD) no Banco Mundial, que recentemente publicou o relatório Behavioral Insights for Tax Compliance descrevendo uma série de estudos de caso com experimentos tributários em parceria com países como: Costa Rica, Guatemala, Polônia, Letônia, Kosovo e Indonésia. O eMBeD também é responsável pela publicação do Mind, Society and Behavior, em 2015, relatório que passou a ser fundamental para o estudo da economia comportamental aplicada ao desenvolvimento de países.



Em 2020, a E&Y destacou em seu relatório de Megatrends a economia comportamental como uma megatendência do futuro."

O Behavioral Science Report publicado pela ONU em 2021 apresenta também um sumário de como as ciências comportamentais têm sido aplicadas dentro da organização, descrevendo, ainda, inúmeras oportunidades para continuar o trabalho. Uma das principais conclusões do relatório é que, para que as

ciências comportamentais sejam amplamente adotadas dentro da ONU, deve-se estimular a abertura para experimentação e testagem dentro de cada unidade.

c. Atuação de organizações governamentais

Voltando a atenção para governos, além das contribuições do BIT já abordadas neste artigo, não se pode deixar de citar as contribuições dentro de entidades governamentais brasileiras, como os grupos de pesquisa comportamental dentro da CVM; a NudgeRio com a condução de inúmeras intervenções na cidade do Rio de Janeiro nas áreas de educação, impostos, transporte e circulação urbana, entre outras; e, mais recentemente, a formação, em 2021, do Núcleo de Economia Comportamental (Necom) dentro da Receita Federal do Brasil (RFB), que será responsável por intervenções que vão desde a melhoria da comunicação com contribuintes e arrecadação, até a proposição de intervenções comportamentais e organizacionais dentro da própria RFB.

d. Atuação de empresas

A atuação dos cientistas comportamentais em empresas também ganhou grande espaço nos últimos anos. Empresas como Netflix, Booking, Google, Amazon e Uber são exemplos icônicos da visão experimental, principalmente no que diz respeito ao comportamento de seus clientes. Nessas empresas, a economia comportamental é usada desde o design de novos produtos e serviços, até a estruturação da interface de seus sites e aplicativos, especialmente ao usar técnicas que levam em consideração tendências cognitivas dos usuários para fazer com que fiquem mais tempo dentro da plataforma, por exemplo.

4. O que esperar do futuro da área

a. Como será usada nos próximos 10 anos

Nos próximos 10 anos a área de design experimental deve estar ainda mais intimamente interligada com a área da ciência

de dados e modelagem estatística. O poder das ferramentas de dados deve ser ampliado, de maneira que relações causais sejam mais robustas, comparáveis e replicáveis. A ciência comportamental estará muito próxima da área de modelagem do comportamento humano, identificação de tendências e vieses cognitivos, principalmente para o desenvolvimento de produtos e serviços mais personalizados.

b. Desafios éticos advindos da expansão

Uma discussão que já está posta hoje é que a expansão das ciências comportamentais em governos e grandes corporações pode ser usada de maneira antiética, ou contrária aos interesses e ao bem-estar da população geral. Por isso, a criação de arcabouços cada vez mais elaborados para desenho de intervenções comportamentais éticas, que mantenham a liberdade de escolha e não manipulem informações, não só é desejado, como necessário.

Um dos exemplos mais recentes é o arcabouço FORGOOD, um acrônimo para Justiça, Transparência, Respeito, Metas, Opiniões, Opções e Delegação (Fairness, Openness, Respect, Goals, Opinions, Options, Delegation). Este arcabouço tem como objetivo capturar as principais considerações do debate filosófico sobre criar

intervenções no comportamento humano, ao mesmo tempo que se mantém acessível para utilização em várias áreas de política pública.

c. Como o Brasil se encaixa neste futuro

O Brasil já está dando os primeiros passos em direção à utilização das ciências comportamentais, tanto em empresas privadas quanto com o desenvolvimento de nudge units em suas esferas públicas. Mas somente isso não é suficiente. A adoção de técnicas comportamentais passa por uma mudança de cultura, que atualmente é baseada em presumir o comportamento e deduzir uma solução, que logo em seguida já é escalada. Esta dinâmica tem vários problemas, sendo que o principal deles está na suposição do comportamento humano, baseado na racionalidade estrita e maximização. A implementação de políticas públicas e ações de grande escala exige testagem. É necessário que as tendências sejam diagnosticadas, assim como o contexto, e, somente após isso, soluções sejam pensadas. A cultura de primeiro entender o problema e mapeá-lo, para depois solucioná-lo, considerando o ser humano real, é imprescindível para o Brasil entrar na tendência comportamental mundial.



Confira o Guia de Orientação Profissional do Economista!

Descubra:

- Qual área seguir
- Critérios básicos
- Requisitos
- E muito mais!



Leia agora!

Mercado de perícia para mulheres

Por Vilma Guimarães

A participação da mulher no mercado de trabalho, em geral, vem crescendo nas últimas décadas, graças às grandes conquistas daquelas que tiveram a coragem de desafiar as estruturas sociais, raciais, empresariais, religiosas, familiares, entre outras, e buscaram o seu espaço nas diversas atividades laborativas.

E não é diferente quando se fala do mercado de perícia judicial. Essa área de atuação pode, ainda, ser muito explorada pelas mulheres, porque do que se verifica dos cadastros de peritos junto a alguns tribunais e associações de peritos ou órgãos de classe, o número de pessoas do gênero masculino é preponderante. Antes, porém, de demonstrar essas estatísticas, é importante destacar em que consiste a perícia e o trabalho pericial, independentemente da discussão de gênero.

Conceito de perícia

Etimologicamente falando, perícia advém do latim PERITIA e significa “conhecimento adquirido pela experiência” (MACHADO, 2012, p. 1722). D’Áurea (1962, p. 151), por sua vez, aborda o tema descrevendo perícia como sendo “o conhecimento e a experiência das coisas”.

Nesse sentido, tem-se que perito(a) é a pessoa com aptidões acima do normal, referentes a um sujeito, técnica ou conhecimento. É um(a) especialista em determinada matéria.

Trazendo esses conceitos para o âmbito judicial, a necessidade da perícia surge quando a controvérsia dos fatos apresentados pelas partes envolvidas na ação judicial trata de questões ou aspectos técnicos que fogem ao domínio do julgador.

A perícia nos processos judiciais, assim como a atuação da pessoa nomeada na justiça para essa tarefa, é matéria disciplinada pelo Código de Processo Civil (CPC), Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, Capítulo III - Dos Auxiliares da Justiça, mais especificamente, nos arts. 149 e 156:



Vilma Guimarães

Economista pela Universidade Estadual de Goiás com especialização em Perícia Judicial e Práticas Atuariais com Docência pelo Instituto de Pesquisa e Pós-graduação, onde trabalha como professora. Atua como perita do juízo e assistente técnica em processos que envolvam Fundos de Pensão. Conselheira regional e coordenadora do Núcleo de Perícias do Corecon-DF.



“Art. 149. São auxiliares da Justiça, além de outros cujas atribuições sejam determinadas pelas normas de organização judiciária, o escrivão, o chefe de secretaria, o oficial de justiça, o perito, o depositário, o administrador, o intérprete, o tradutor, o mediador, o conciliador judicial, o partidor, o distribuidor, o contabilista e o regulador de avarias.”

“Art. 156. O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.

§ 1º Os peritos serão nomeados entre os profissionais legalmente habilitados e os órgãos técnicos ou científicos devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado.”

"Essa área de atuação pode, ainda, ser muito explorada pelas mulheres."

Segundo Santana (1999, p. 27), “a perícia judicial tem o objetivo de colocar conhecimentos e técnicas específicos à disposição do magistrado” para auxiliar na sua tomada de decisão quanto às demandas levadas a julgamento ou, ainda, para quantificar direitos ou definir obrigações ante o reconhecimento de algum direito.

A perícia judicial é de fundamental importância para o meio jurídico, porque traz a verdade dos fatos sob a ótica técnica de uma pessoa especialista na sua área de atuação.

Principais áreas de atuação em perícia judicial

O mercado de perícia judicial envolve várias áreas profissionais. Contudo, pode se destacar, com segurança, que as pessoas com formação em economia e finanças, contabilidade, administração, e áreas correlatas à matemática têm amplo campo de trabalho na atividade pericial.

Para cada uma dessas áreas de formação surgem as ramificações de demandas judiciais que expandem ainda mais os trabalhos técnicos que poderão ser desenvolvidos para levar à instância julgadora resultados seguros, embasados em metodologias comprovadas e fundamentadas.

Destaca-se, como exemplo, a atuação em:

- a) perícia trabalhista;
- b) perícia econômico-financeira, envolvendo contratos bancários, financiamentos imobiliários, empréstimos consignados, cartões de créditos, entre outros;
- c) perícia previdenciária, relacionada à Previdência Social, Previdência Complementar e Regimes Próprios (servidores públicos);
- d) perícia ambiental;
- e) perícia em dissolução de sociedade;
- f) perícia em questões familiares e relações comerciais; e
- g) perícia em avaliação de empresas.

Essas são apenas algumas áreas em que pode haver a necessidade de realização de perícia judicial para dirimir dúvidas que dependem de soluções técnicas trazidas por especialistas em cada uma delas. Contudo, esse mercado de trabalho é muito mais extenso e pode – e deve – ser explorado por pessoas que buscam atuar de forma autônoma, em especial as mulheres, que podem vir a ter uma participação mais efetiva.

Cadastros de peritos nos tribunais e associações

O Código de Processo Civil de 2015 trouxe a previsão de criação de Cadastros Nacionais de Peritos (parágrafo 1º, art. 156), tendo como base informações fornecidas pelos órgãos de classe. Essa base de informações tem permitido uma maior rotatividade de nomeações e possibilitado a inclusão de novos profissionais na atividade da perícia judicial. A partir dessa exigência legal, os tribunais passaram a registrar os profissionais peritos ativos nas diversas instâncias julgadoras.

Analisando as informações disponibilizadas nos sites dos tribunais da justiça cível dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, e do Distrito Federal, pode-se constatar que o mercado de perícia é formado, em sua maioria, por pessoas do gênero masculino, como se demonstrará a seguir:

Fonte de consulta	Região	Total	Gênero			
			Feminino	%	Masculino	%
Tribunal de Justiça	DF	768	221	28,78%	547	71,22%
Tribunal de Justiça	MG	5171	2069	40,01%	3102	59,99%
Tribunal de Justiça	RJ	6179	2307	37,34%	3872	62,66%

Como vários tribunais não possuem a relação de todos os profissionais cadastrados, buscamos outra fonte de consulta, qual seja, os sites das Associações de Peritos, que ratificam essa estatística.

Fonte de consulta	Região	Total	Gênero			
			Feminino	%	Masculino	%
Associação de Peritos	PR	70	18	25,71%	52	74,29%
Associação de Peritos	SP	173	22	12,72%	151	87,28%
Associação de Peritos	SE	33	7	21,21%	26	78,79%



**A mulher
pode vir a
ter na perícia
uma opção
de trabalho
promissora e
rentável."**

Segundo os dados da Tabela 1, quando analisados os cadastros dos Tribunais de Justiça, nota-se que a presença mais relevante da mulher na perícia judicial ocorre em Minas Gerais (40,01%), mas sempre em percentual inferior ao da participação masculina. Esse mesmo comportamento repetiu-se ao analisarmos as informações disponibilizadas pelas Associações de Peritos, sendo que nestas a presença da mulher é ainda menor, variando entre 12% e 25%. Não é diferente quando se analisa os Cadastros dos Órgãos de Classe de várias regiões do país.

Destaca-se que a pesquisa não se viu mais abrangente, tendo em vista que nas fontes consultadas não se verificou qualquer registro sobre gênero, sendo que, também, as informações das especialidades, em sua maioria, constam como substantivo masculino.

O trabalho em perícia judicial

Essa pequena pesquisa teve como objetivo apresentar um panorama da representatividade feminina no mercado de perícia e demonstrar que a mulher pode vir a ter na perícia uma opção de trabalho promissora e rentável, visto que esta é uma atividade autônoma, e que possibilita uma maior flexibilidade de horários e locais para a

sua realização. Isso porque, com a criação dos processos eletrônicos, todo o trabalho se dá de forma virtual, sem a necessidade de espaços físicos, idas a cartórios dos tribunais ou reuniões presenciais com as partes envolvidas.

Para exercer a função na perícia judicial, a mulher deve estar regularmente inscrita no Conselho de Classe de sua região, adimplente com a anuidade e de porte da certidão de regularidade e da certidão de registro no Cadastro de Perícia do seu Conselho de Classe. Uma vez cumpridas essas condições, deverá cadastrar-se junto ao ramo da justiça que deseja atuar – Justiça do Trabalho, Justiça Cível ou Justiça Federal – destacando as suas especialidades. Os tribunais, em geral, disponibilizam links com todas as instruções de informações e documentos que devem ser apresentados para a realização do cadastro como perita judicial.

Após a efetivação do cadastro, e uma vez ocorridas as nomeações para a realização da perícia, deve-se observar os seguintes passos:

- a) análise dos documentos do processo para a aceitação da perícia;
- b) elaboração de uma proposta de honorários;
- c) informação às partes interessadas (autor e réu) do início da perícia;
- d) elaboração e entrega do laudo pericial,

estruturado de acordo com o art. 473 do Código de Processo Civil;

e) respostas às manifestações das partes sobre as conclusões técnicas; e

f) recebimento dos honorários.

A perícia judicial, cuja conclusão se dá por meio de laudo técnico, é atividade que deve ser pautada pela imparcialidade, independência e ética, tendo por base os documentos e provas juntados ao processo, buscando satisfazer as necessidades de conhecimento do magistrado sobre a matéria discutida nos autos.

A mulher atuando em perícia

A atuação da mulher no mercado de perícia ainda se mostra carente de publicações, visto que esse mercado, como demonstrado, ainda é predominantemente formado por pessoas do gênero masculino, o que impede a obtenção de informações mais precisas sobre as profissionais que poderiam vir a ser beneficiadas com essa atividade.

Essa realidade, contudo, não diminui a importância que a participação feminina tem apresentado na estruturação da atividade pericial, em especial, na realização de seminários, fóruns, na direção de órgãos de classe, como também na docência e na instrutoria. Verifica-se que a participação da mulher nesses eventos possibilita a criação de estruturas de trabalho mais voltadas às suas necessidades, pois, apesar dos avanços

ocorridos nos últimos tempos, a mulher ainda tem que assumir diversas responsabilidades todos os dias que a impendem de se desenvolver profissionalmente. Prova disso foi a brusca saída da mulher do mercado de trabalho durante a pandemia, por causa do isolamento social.

Olhar para a perícia judicial como uma atividade profissional pode trazer à mulher a oportunidade de realizar um trabalho de forma mais autônoma, com mais flexibilidade de horários e independência financeira, além de contribuir para a apresentação de laudos amparados em bases técnicas que possibilitarão aos magistrados julgar questões sociais a partir de resultados mais reais e que venham a contribuir para que a justiça se faça, de fato, por meio das decisões proferidas nos tribunais.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ZANNA, Remo Dalla; Prática de Perícia Contábil, e-book, 7ª edição, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16/03/2015 – Institui o (novo) Código de Processo Civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>.

NEVES JUNIOR, Idalberto José das; FERREIRA, Luiza Vono; GUIMARÃES, Vilma. Conhecimentos e habilidades desejáveis aos peritos e peritos assistentes atuários. Brasília, DF. Disponível em: Acesso em 25 set. 2013. <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/1983>

<https://www.tjdft.jus.br/informacoes/peritos/peritos-ativos>

<https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/processos/assistencia-judiciaria-gratuita-banco-de-peritos/#.YiAPN-jMLIV>

<http://www.tjrj.jus.br/>

<http://www.aepar.org.br/associados/>

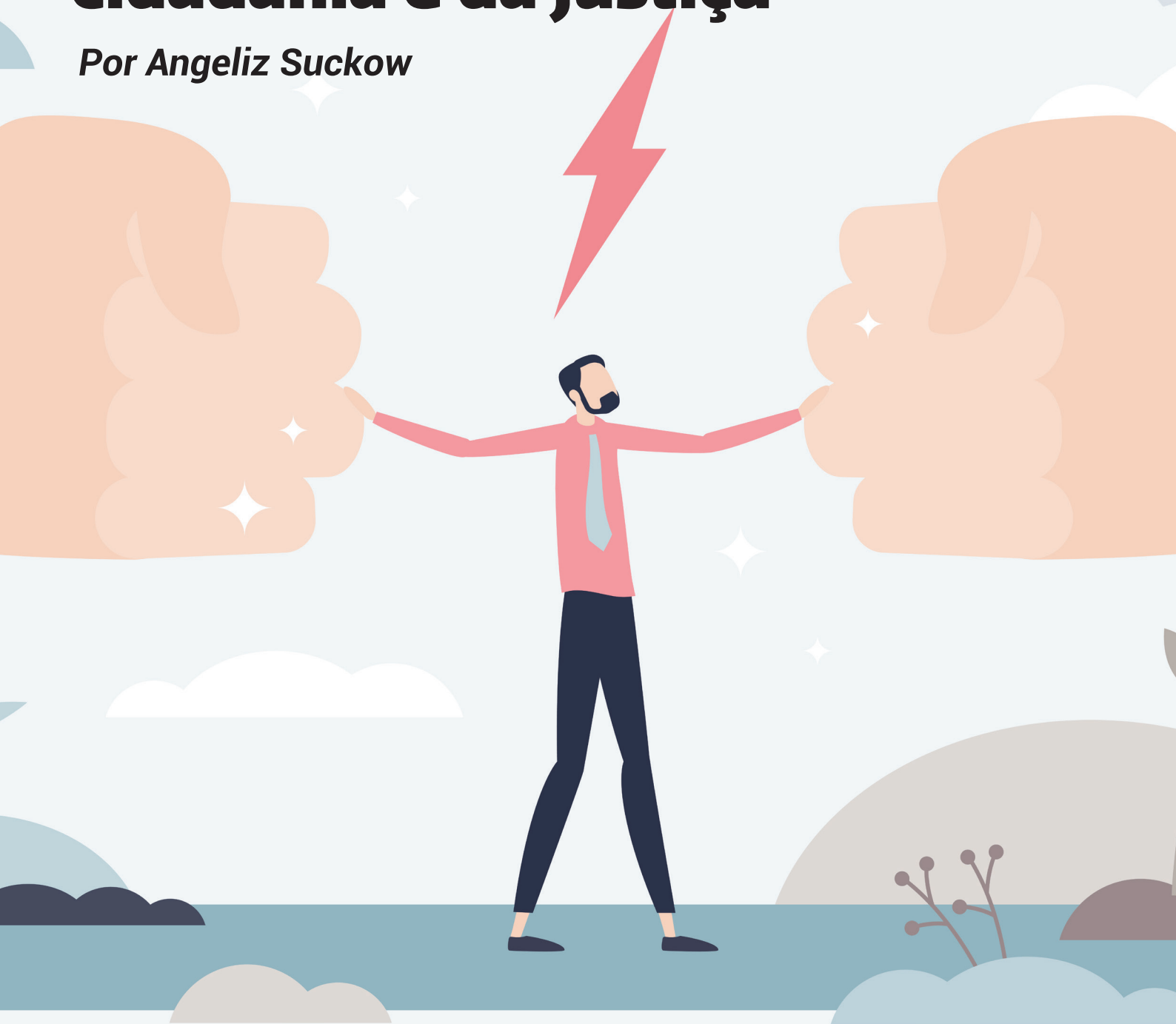
<https://apejese.org.br/peritos/guia-de-peritos/>

<https://www.apejesp.com.br/Pesquisa.aspx>



Mediação e Arbitragem: fortalecimento da cidadania e da justiça

Por Angeliz Suckow



Todos nós estamos cientes de que a era em que vivemos irá se dividir entre o antes e o depois da Covid-19. Os acontecimentos trazidos durante a pandemia ocasionaram mudanças radicais e permanentes em relação à forma como nos relacionamos em sociedade. Estas mudanças são determinantes para nossas futuras ações no que diz respeito às políticas sanitárias, econômicas, comerciais e à forma como nos relacionaremos com as novas tecnologias e com o Poder Judiciário.

A pandemia trouxe para todos a consciência dos desafios que são viver e sobreviver em sociedade: o inimigo invisível nos apavora e nos deixa impotentes. Nos deixa física e mentalmente abalados.

As regras sanitárias impostas pelo Coronavírus trouxeram a necessidade de nos organizarmos de forma distinta em todos os aspectos de nossas vidas: familiar, relações de trabalho (com home office), relações interpessoais e interempresariais. As regras de distanciamento impostas trouxeram a desordem em vários aspectos: atividades de produção interrompidas, acirramento dos conflitos entre as nações, falta de liquidez de empresas, impactos na cadeia de fornecimento, alta de preços, insolvência de empresas, crescimento de reclamações pela Internet, aumento de disputas dentro de condomínios e nas relações sociais de modo geral, nos conduzindo, finalmente para uma sociedade ainda mais conflituosa, tanto na esfera micro como na esfera macro das inter-relações.



Angeliz Suckow

Graduada em Economia pela Universidade Federal do Paraná, com especialização em Gestão de Projetos pela FGV e certificação PMI. Fundadora do Núcleo de mediação e arbitragem do Corecon-PR. Entre outros cargos, é vice-presidente do Instituto de Mediação e Arbitragem do Paraná (IMA) e mediadora e conciliadora judicial (Nupecec – TJPR).

São inúmeros interesses contrapostos ou até mesmo violações de direitos gerados por motivo de “força maior”. A questão que nos é colocada é: como estes potenciais litígios serão tratados? A judicialização é o melhor caminho? Antes mesmo da pandemia, o Brasil já figurava como um dos países com maior número de processos na justiça.

A cultura atual do país é a de que, quando uma pessoa sente que seus direitos foram lesados, o primeiro passo a seguir é recorrer à máquina pública dos juízes para resolver o impasse. A isso chamo de “cultura de litigiosidade” que nos leva ao aumento da “judicialização”. Chegamos a um excesso de codificação de leis e sabemos que a vitória num processo não quer dizer que o conflito tenha sido resolvido. Mas que métodos alternativos temos para solucionar o problema?

Antes de tentar resolver, precisamos refletir sobre a origem do conflito. Sabemos que o conflito é uma incompatibilidade de objetivos percebidos e que são muito semelhantes em todos os níveis, tanto entre nações em guerra como em disputas dentro de uma sociedade ou mesmo entre indivíduos e cônjuges.

Vou aqui me apropriar de um termo usado pelo meu colega, também mediador e árbitro, Luiz Rubin. Quando as pessoas estão em conflito acabam se “empantanando”. Elas iniciam um processo social e uma comunicação potencialmente destrutiva que as leva cada vez mais a se afundar num pântano de discórdias. Neste caso, a comunicação é utilizada para construção de argumentos que possibilitem interpretações de fatos e/ou comportamentos, cenários e contextos que consolidem a posição antagonica de um em relação ao outro. Ou seja, geram uma armadilha social que irá produzir resultados que ninguém deseja. E aqueles que estão frente a uma disputa muitas vezes acabam promovendo uma solução que não vai necessariamente ao encontro dos seus reais interesses, mas contribui para consolidar papéis (certo/errado, culpado/inocente). Agimos em desacordo com o que gostaríamos no intuito de provar que o outro está errado. Vemos o outro como o inimigo a ser vencido. Cada lado demoniza o outro, alimentando um círculo vicioso de hostilidades. Como resolver o impasse?

A resposta chega através do próprio Código de Processo Civil (CPC) de 2015 que se alinha ao conceito de "Justiça Multiportas", estimulando a utilização de métodos alternativos de solução de conflitos, como a Mediação e a Arbitragem. ADR é a sigla para Alternative Dispute Resolution, também apelidada de "Meios Alternativos de Solução de Controvérsias" (MASCs) ou "Meios Extrajudiciais de Solução de Controvérsias" (MESCs).

O Sistema Multiportas baseia-se numa metáfora em que o cidadão tem à sua disposição várias portas e pode escolher a mais adequada para resolver o seu problema. O sistema viabiliza e fomenta o uso das soluções extrajudiciais, sejam elas autocompositivas, como a Mediação, ou heterocompositivas, como a Arbitragem.

Essa é uma importante mudança de paradigma. O judiciário não é mais a única porta para a resolução de conflitos. Agora o cidadão poderá escolher entre:

•**Conciliação:** onde um terceiro irá propor soluções que encerram o conflito, preferencialmente nos casos em que não houve vínculo anterior.

•**Mediação:** busca, acima de tudo, resolver o problema preservando as relações, transformando os antagonismos nutridos pelo preconceito e pela comunicação degradada em atitudes que tragam à consciência a responsabilidade de cada parte, tanto na resolução do problema quanto na busca do próprio bem-estar, do outro e de todos os demais envolvidos. A mediação empodera as partes para que elas resolvam seus conflitos.

•**Arbitragem:** onde um terceiro, escolhido pelas partes, com poder de decidir, irá proferir uma Sentença Arbitral, que colocará fim à contenda e que irá produzir os mesmos efeitos da Sentença Judicial.

Tanto a Mediação como a Arbitragem possuem leis próprias. A Mediação está prevista na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, e determina que os acordos gerados na mediação, tanto judicial, como extrajudicial, serão levados a termo e terão força de título executivo, gerando, de imediato, direitos e obrigações. Na hipótese de descumprimento, a parte prejudicada poderá levar o título a protesto, porém isto raramente é necessário, pois os envolvidos no conflito participaram da construção do acordo e sentem-se, portanto, compromissados a cumpri-lo.

Já a Arbitragem, muito utilizada em ambiente internacional e em disputas empresariais complexas, é regida pela Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996, com alterações promovidas pela Lei 13.129, de 26 de julho de 2015. Entre algumas razões pelas quais a Arbitragem vem sendo escolhida, estão:

•**Autonomia da vontade das partes:** as partes poderão escolher, livremente, não somente o(s) árbitro(s), mas também as regras de Direito que serão aplicadas na Arbitragem, desde que não haja violação aos bons costumes e à ordem pública. Poderão, ainda, convencionar que a Arbitragem se realize com base nos princípios gerais de Direito, no uso e costumes e nas regras internacionais de comércio;

“A cultura atual do país é a de que, quando uma pessoa sente que seus direitos foram lesados, o primeiro passo a seguir é recorrer à máquina pública dos juízes para resolver o impasse.”

•**Celeridade:** a sentença arbitral será proferida no prazo estipulado pelas partes. Nada tendo sido convencionado, o prazo para apresentação da sentença é de seis meses. O árbitro é juiz de fato e de direito e a sentença que proferir não fica sujeita a recurso ou a homologação do Poder Judiciário;

•**Confidencialidade:** diferentemente do que ocorre nos processos judiciais, que são públicos, a confidencialidade no processo arbitral é assegurada pelas Câmaras de Mediação e Arbitragem, que estabelecem regras e restringem às partes e aos árbitros o acesso aos documentos;

•**Imparcialidade:** no desempenho da sua função, o árbitro, normalmente um especialista do tema em questão, deverá proceder com imparcialidade, independência, diligência e discrição.

Por estas razões, a Arbitragem encontra um terreno fértil no Brasil. O elevado número de processos, que segue em escala crescente, sobrecarrega a capacidade de julgamento dos tribunais brasileiros. Contam-se mais de 100 milhões de ações judiciais em tramitação e, por essa razão, o Poder Judiciário se mostra ineficiente e extremamente moroso.

Até agora a Arbitragem seguia a passos lentos no Brasil, mas atualmente vem ganhando espaço de aplicação. A desconfiança nesta instituição aos poucos deixa de existir, especialmente quando o próprio STF asseverou a importância e a constitucionalidade da Lei de Arbitragem. Hoje já temos algumas instituições em que é obrigatório o uso da Arbitragem, como, por exemplo, a Bovespa, que estabelece que toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ou oriunda do contrato de participação na Bovespa será resolvida por meio de Arbitragem.

Outra significativa inovação instituída pelo CPC/2015 consiste na criação de Câmaras Privadas de Mediação e Conciliação (art. 16712). Trata-se de empresas privadas adequadamente capacitadas que, junto a mediadores e conciliadores, poderão operar, em caráter preventivo, judicial e extrajudicial, para a pacificação de conflitos e litígios.

Em relação à Mediação, a cultura de pacificação no novo CPC avança. Há 21 referências à mediação no novo CPC e à exigência de mediação em todos os processos judiciais. "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial" (§3º do art. 3º, CPC/2015).



Sabendo que o fim de uma disputa vai além do termo de acordo propriamente dito, nós economistas, que fizemos o juramento de sermos um instrumento para a promoção do bem-estar social e econômico do nosso povo e da nação, temos o dever de sermos instrumentos e operadores nesse processo de construção da cultura de pacificação da sociedade.

Ao nos aperfeiçoarmos nos conhecimentos técnicos necessários à operação desses aparatos extraestatais e não adversariais, proporcionaremos para a sociedade um método de resolução de conflitos mais adequado e eficiente, gerando mais satisfação das partes e possibilitando maiores chances de arranjo social entre os envolvidos no conflito.

As áreas de conhecimento e as competências inerentes ao perfil profissional do economista nos colocam como protagonistas neste processo, uma vez que, na sua grande maioria, as disputas versam sobre questões econômicas e financeiras.

Promovendo soluções alternativas de resolução de conflitos como a Mediação e a Arbitragem, estamos contribuindo para o engajamento tanto dos cidadãos como das pessoas jurídicas numa cultura de cooperação em que todos saem ganhando. O resultado será o fortalecimento da cidadania, da justiça e da solidariedade, valores fundamentais da nossa nação.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 - CPC/2015.

2 - Lei 13.140/2015

3 - Lei 13.129/2015

4 - Regulamento de Arbitragem CMA-PR

5 - Tosh, Mylena. Conflito e Pacificação

6 - O sistema de Justiça Multiportas no novo CPC - www.migalhas.com.br

7 - O efeito do corona vírus no comercio internacional: www.thomsonreuters.com.br

8 - COB, Sara e Outros Introduction to Conflict Resolution: Discourses and Dynamics. Rowman&LitleField 2019.

9 - DEUSTH, Morton, COLEMAN Peter T., MARCUS, Eric (Eds). The Handbook of Conflict Resolution. 2006.

10 - ENTELMAN, Remo F. Teoría de conflictos: hacia um nuevo paradigma. Barcelona: Gedisa,, 2005.



O papel da educação financeira no empoderamento feminino

Por Janile Soares

A educação financeira é cada vez mais relevante na vida das pessoas. Antes tratado como tema apenas de “magnatas” e grandes empresários, falar sobre dinheiro - ou da falta dele - torna-se mais comum e necessário entre pessoas de todas as camadas sociais. É notável o esforço de quem está buscando fazer o salário render ao longo do mês. Não basta apenas ter uma renda, o cidadão deve aprender como geri-la de uma forma ótima.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a educação financeira pode ser definida como “o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua

compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem estar financeiro”.

A OCDE inclui no documento de Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira que isso vai além do fornecimento de informações e do aconselhamento financeiro: é uma atividade que deve ser regulada, por tratar de clientes financeiros e envolver uma série de

Janile Soares

Economista, conselheira titular Corecon-RS, consultora e educadora financeira, autora do blog A Economista de Batom e cofundadora da Build Planejamento Financeiro.





Falar sobre dinheiro – ou da falta dele – torna-se mais comum e necessário entre pessoas de todas as camadas sociais."

questões, como o sigilo de dados. Também diz que os programas de educação financeira devem se concentrar em questões de alta prioridade do planejamento, bem como pré-requisitos para conscientização financeira, como noções de matemática financeira e economia. O que faz com que este assunto seja de fundamental importância para os economistas, que não ficam alheios a estas importantes questões que envolvem o conhecimento do tema e a luta por medidas que ainda não foram completamente alcançadas neste âmbito, mesmo sendo um conteúdo relativamente novo dentro do espectro das ciências econômicas.

Ao trabalhar num banco, percebi que a falta de educação financeira da população se fazia presente em todos os níveis sociais. Pessoas de todas as faixas de renda precisavam entender melhor o dinheiro e o sistema que o envolvia. Percebi que o público que mais precisava entender essa relação era o feminino, talvez pela identificação com "a mocinha que atende nas mesas do banco". Alguns casos chamaram a atenção: viúvas que confidenciaram não

saber lidar com as questões financeiras após o falecimento do marido; jovens que, ao se casarem, sempre deixavam o esposo como primeiro titular da conta; a senhora que não entendia como a instituição financeira tinha a "audácia" de cobrar juros de uma aposentada. Quando deixei o banco para trabalhar com educação financeira e consultorias, encontrei outros casos: mulheres que precisavam organizar as suas finanças, pois haviam sido demitidas ao voltar da licença maternidade; descontrole financeiro e compras por impulso; a mulher que trabalhava e entregava o seu salário para o marido administrar; produtos e aplicações financeiras mal vendidas ou venda casada.

Isso acontece diariamente. A todo momento uma mulher está deixando dinheiro na mesa, investindo mal, perdendo a sua capacidade de fazer boas escolhas ou até mesmo perdendo a sua vida em um relacionamento abusivo por não ter o poder e o conhecimento para fazer e gerir o próprio dinheiro.

Também acompanhei a disseminação dos blogs. Criei um, vi a velocidade do compartilhamento das informações e o crescimento dos conteúdos voltados ao



universo feminino, como moda e beleza, onde há grande influência do marketing. Vi mulheres se endividando para ter tudo que viam nas redes sociais. Foi assim, diante da necessidade de levar a elas o conhecimento, que o blog tomou a forma que tem hoje. A Economista de Batom trata de economia e finanças, empreendedorismo e empoderamento, bem como de processos de escolhas e comportamento.

Considerando a evolução histórica das conquistas femininas, ainda é muito recente a possibilidade que a mulher tem de fazer escolhas por si mesma. A maioria, que antes cumpria o seu papel na sociedade apenas como cuidadora do lar e dos filhos, hoje tem seu papel de boa gestora reconhecido. Através de algumas pesquisas, como o estudo “Mulheres são melhores líderes durante a crise”, realizado pela **Harvard Business Review**, que apontou que cargos de liderança ocupados pelo sexo feminino demonstram maior eficiência na solução de problemas em tempos de crise – o que foi reconhecido na administração de países com lideranças femininas durante a pandemia. Outro estudo demonstra de que forma a presença de mulheres na alta administração se relaciona com o desempenho ESG (do inglês:

Avaliação Ambiental, Social e da Governança) de empresas brasileiras. Os resultados indicam que ainda que o número de mulheres nestas posições seja muito baixo a presença delas no comitê executivo está associada a um melhor desempenho socioambiental.

Segundo o IBGE, as mulheres somavam 52,2% da população no Brasil em 2019 e também eram maior número entre os idosos. Acontece que o gênero feminino ainda é uma das minorias no Brasil. Mesmo em meio às transformações ocorridas ao longo do último século, como crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, grau de escolarização e acesso à informação, as mulheres ainda seguem dedicando relativamente mais tempo aos afazeres domésticos e aos cuidados de pessoas, o que faz com que elas venham a empreender por necessidade, trabalhar informalmente ou em empregos com turnos reduzidos. As mulheres também atingem, em média, um nível de instrução superior ao dos homens; por outro lado, a mesma pesquisa mostrou que as mulheres brasileiras receberam cerca de 77,7% do rendimento dos homens.

A entrada tardia da mulher no mercado de trabalho e as motivações pelas quais isso se deu são considerações a serem feitas. Muitas mulheres se viram sozinhas nos tempos de guerra e precisaram tratar de assuntos financeiros, mesmo sem ter conhecimento. Os tempos são outros - mas pouco mudou. As habilidades que fazem delas boas líderes e que as levam a dedicar-se a estudar mais também são as mesmas *soft skills* (habilidades comportamentais) que fazem com que sejam mais consideradas a cuidar dos filhos. Assim, dispõem de menos horas dedicadas ao trabalho. E esse perfil cuidadoso, colaborativo, empático e multiplicador também faz com que seja a mulher quem realiza a gestão dos recursos financeiros da casa - herança da época do “homem-provedor”. Por outro lado, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o percentual de domicílios brasileiros chefiados por mulheres saltou de 25%, em 1995, para 45% em 2018, devido, principalmente, ao crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. E apesar da desigualdade salarial entre gêneros ainda persistir fortemente, elas contribuem cada



vez mais com a renda das famílias. Além disso, o estudo do painel de domicílios da Nielsen (empresa global de análise de consumo) explorou o comportamento da mulher brasileira no último trimestre de 2018: 96% são responsáveis pelo consumo dos lares. Ou seja, a mulher é quem faz a gestão do orçamento doméstico e escolhe como gastar, mostrando também a tendência em reduzir os gastos em tempos de crise para ter maior controle do orçamento.

Assim, aquela fama da “mulher gastadeira” torna-se cada vez mais compreensível, ainda que não mais justificável, diante do fato de a mulher se tornar cada vez mais responsável pelas finanças e ter mais gastos pessoais (e mais elevados) do que os gastos masculinos. Essa falsa visão da relação das mulheres com o dinheiro precisa ser desmistificada. Acredito na educação financeira para as mulheres por serem naturalmente multiplicadoras de informações e também para que possam ser livres de relacionamentos abusivos e de trabalhos que não as dignifiquem. Acredito na educação financeira tratada de forma comportamental, sistêmica e prática, aplicada às empreendedoras, às empresárias, aos casais, às crianças, aos jovens e aos idosos.

Estudo do Banco Mundial (The impact of high school financial education—experimental evidence from Brazil) num projeto piloto de educação financeira aplicado no ensino médio, entre 2008 e 2010, na rede pública dos estados do Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São

Paulo, Tocantins e do Distrito Federal, concluiu que a experiência de se informar sobre finanças produziu mudanças significativas. Analistas do Banco Mundial constataram o aumento de 1% do nível de poupança dos jovens que passaram pelo programa; 21% a mais dos alunos passaram a fazer uma lista de acompanhamento dos gastos; 4% a mais dos alunos passaram a negociar preços e meios de pagamento ao realizarem uma compra. Temas como orçamento, planejamento e taxas bancárias entraram na pauta das famílias por causados deveres de casa. O relatório concluiu ainda que esse resultado indica que jovens educados financeiramente podem contribuir para o crescimento de 1% do PIB do Brasil. A educação financeira, como consta nos princípios do Relatório da OCDE, “deve ser considerada no arcabouço regulador e administrativo e deve ser tida como ferramenta para promover crescimento econômico, confiança e estabilidade”.

Considerando a educação financeira como importante instrumento de cidadania, é de extrema urgência que seja dada cada vez mais luz a este tema, seja pela criação e pelo acompanhamento de políticas públicas, seja pelo apoio às iniciativas independentes de profissionais qualificados. A educação financeira é um instrumento de grande impacto para a economia de uma nação, é libertadora e transformadora no âmbito pessoal. Conto com os colegas economistas para juntos fazermos este tema crescer.



parte o play aperte o play aperte o



Podcast Economistas

Ouça agora os episódios
da nova temporada

**Disponível nos principais
agregadores de podcast***

*Anchor, Breaker, Deezer, Google Podcasts, Apple Podcasts, Overcast, Pocket Casts, RadioPublic e Spotify

O Trabalhador da Economia do Conhecimento

Por Nancy Gorgulho Braga

Vivemos um momento de informatização da vida humana. Com o avanço da tecnologia, temos acesso às informações de forma imediata. Hoje o conceito da informática é mais amplo do que a definição de uma máquina capaz de executar um conjunto de instruções pré-definidas a fim de realizar uma determinada tarefa. A tecnologia se tornou essencial à vida, abrindo novas possibilidades de exploração, desenvolvimento e conhecimento.

A nova economia traz mudanças no mercado de trabalho relacionadas às novas tecnologias da informação e ao campo das novas profissões. Se antes a especialização profissional era de suma importância, hoje não se pode escapar dela.



Nancy Gorgulho Braga

Graduada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, com mestrado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutorado em Philosophy in Business Administration pela Christian University. Atualmente é professora assistente do Grupo IBMEC. Conselheira regional do Corecon-SP.





O 'trabalhador do conhecimento' é, sobretudo, alguém que incorporou ao seu modelo mental e às suas atividades uma postura mais proativa."



Hoje a necessidade do conhecimento e da informação é baseada no elemento humano.

Segundo Peter Drucker, o “conhecimento é o principal fator de produção do século XXI” e “os grandes ganhos de produtividade, daqui para frente, advirão das melhorias na gestão do conhecimento”. Afinal, qual o perfil do novo profissional? Este precisa investir constantemente em seu aprendizado; tem de saber gerir conteúdos (saber transformar a informação em conhecimento, oferecendo um produto ou serviço que atenda às pessoas interessadas nele); e tem de saber lidar de forma consciente e responsável com essa diversidade.

Mas quem são os “trabalhadores do conhecimento” aclamados pelos gurus? São profissionais que têm incorporado na sua atividade diária o ato de pensar e agir. O trabalhador do conhecimento é, sobretudo, alguém que incorporou ao seu modelo mental e às suas atividades uma postura mais proativa. Portanto, sua autoimagem não é a de “mais uma peça na engrenagem”, um “recurso humano”, como acontecia na era industrial, mas sim a de alguém que faz a diferença. Assim, é um profissional que deseja ser ouvido, respeitado e considerado no processo. O reconhecimento, seja da empresa, ou de seus pares, passa a ter um valor relativo muito maior do que tinha no modelo industrial.

As organizações de hoje precisam de pessoal técnico e administrativo que saiba lidar

com a pluralidade de valores, com as capacidades e os desejos de seus colaboradores e clientes. Saber respeitar e trabalhar com a diversidade, em todos os níveis, é a chave para o sucesso profissional do século. XXI.

Na Era da Informação, a nova riqueza passa a ser o conhecimento, uma vez que ele constitui a ferramenta administrativa mais importante neste novo contexto de mercado globalizado. A informação e os seres humanos passam a ser a matéria-prima das novas organizações.

No mercado de trabalho da “nova economia”, algumas profissões serão extremamente valorizadas em todos os sentidos, enquanto outras serão redirecionadas. Nesse sentido, o gerenciamento da informação e o conhecimento, em uma economia globalizada, tornaram-se artigos de primeira necessidade. As mudanças pelas quais as empresas estão passando não são apenas estruturais, também acontecem no âmbito cultural e comportamental, transformando poderosamente o papel do profissional e dando embasamento ao termo econômico contemporâneo “Economia do Conhecimento”.

Em sua ascensão, o trabalhador do conhecimento altera a natureza do trabalho e a forma de gerenciá-lo. O modelo predominantemente burocrático cede a vez a um modelo flexível, onde os relacionamentos são valorizados.

Características	Trabalhador Tradicional	Trabalhador do Conhecimento
Principal tarefa	Fazer	Pensar
Principais habilidades	Físicas	Mentais
Processo de trabalho	Linear	Não-linear
Resultado do trabalho	Produto	Informação
Conhecimento utilizado	Aplicado	Criado

Características do trabalhador do conhecimento

O grande desafio não é mais tornar produtivo o trabalhador manual, mas sim investir no trabalhador do conhecimento. Segundo Drucker, eles estão se tornando rapidamente o maior grupo isolado da força de trabalho do mundo. Para Bertoline (2004), o trabalhador do conhecimento precisa conhecer o “saber”: habilidades “saber fazer” e atitudes “saber ser”. Em se tratando de produtividade, o trabalhador tradicional não tinha autonomia, nem inovação. O que importava era a quantidade e o custo. Já o trabalhador do conhecimento tem de gerenciar a si mesmo, tem autonomia, é inovador, trabalha com qualidade e valor.



O grande desafio não é mais tornar produtivo o trabalhador manual, mas sim investir no trabalhador do conhecimento."

Nas empresas modernas não existe mais espaço para estereótipos. O ambiente de trabalho é cada vez mais dinâmico e diverso. Instaure-se uma nova cultura, nova ética advinda dos desafios impostos e que sugerem um trabalhador com formação integral e em constante processo de aprendizagem por ser um ser inacabado. Freire (1997) afirma que a capacidade de aprender não é apenas para nos adaptar aos novos tempos, mas para transformar a realidade e nela intervir. O preparo para encarar a diversidade se faz por meio de boas leituras, pelo cultivo da ética e pelo desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades gerenciais adaptadas ao mundo plural contemporâneo.

Conclusão

Nessa nova era de um mundo global digital e sem fronteiras, muitos estudos, trabalhos, artigos deverão ser realizados, pois ela está apenas no primeiro quinto do século. No que se refere tanto ao mercado quanto ao trabalho, o que se constata é que nunca o fator humano fez tanta diferença na condução das mudanças do mercado como agora, com a exigência de profissionais mais qualificados e flexíveis. Com todas as inovações tecnológicas no presente, nunca o fator humano foi tão importante e necessário.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Andréa C. M., "A Informação como fator diferenciador para o sucesso estratégico das Organizações" Artigo, Organizações CESUPA

BRAGA, Nancy Gorgulho, "TSUNAMI DIGITAL: A Revolução Científica e Tecnológica" Editora Estilo, Campinas, 2005.

BRAGA, Nancy Gorgulho, Artigo: O Planeta Terra pede Socorro www.coreconsp.org.br em setembro de 2008

BRAGA, Nancy Gorgulho: "Inovações Tecnológicas e sua repercussão sobre a centralidade do trabalho" São Paulo, PUC- SP (Dissertação de Mestrado) 1999

Drucker, Peter F. Sociedade Pós Capitalista, 3ª Edição, 2003.

Jornal Folha do Meio Ambiente, Cultura Viva Editora Ltda, Ano 19- nº 194- Brasília DF,

Trabalho, economia popular solidária e feminização da pobreza: limites e possibilidades desta "outra" economia

Por Antônio Alves, Carlucia Silva e Lorenzo Rea



Antônio Alves

Professor e pesquisador na Universidade Municipal de São Caetano do Sul e Fundação Santo André. Mestre em Economia Política e Doutor em Psicologia Social (PUC/SP). Delegado Regional do Corecon-SP (ABC).



Carlucia Silva

Advogada, professora e pesquisadora da UFMG, Mestre e Doutora em Ciências Sociais. Pós-doc em Psicologia. Líder do grupo de estudos e pesquisas Cooperativismo e Economia Popular Solidária.



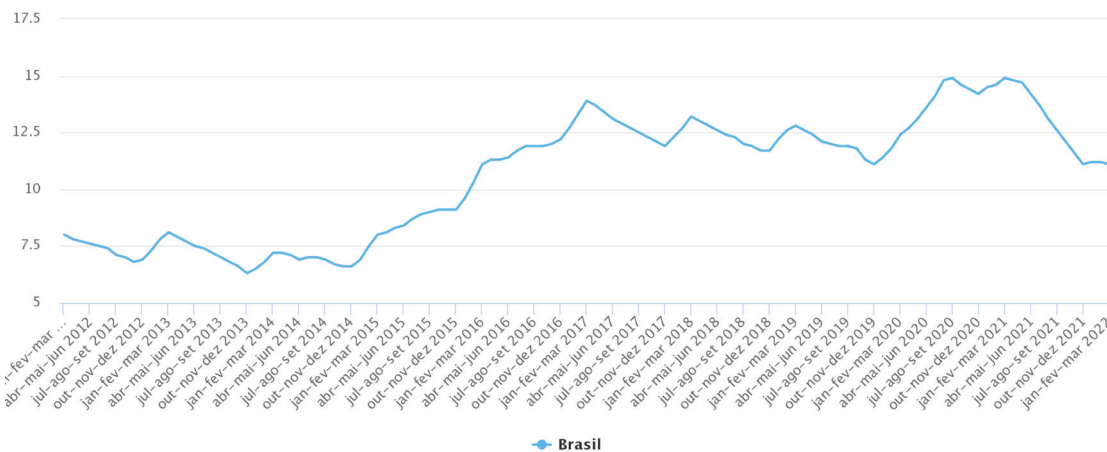
Lorenzo Rea

Graduando em Ciências Econômicas e bolsista PIBIC do CNPq. Estagiário econômico na Delegacia Regional do Grande ABC do Corecon-SP.

Nas últimas décadas, a crise do trabalho, assim como o avanço das políticas neoliberais no mundo (e especificamente no Brasil), ocasionou o aumento da precarização da atividade humana voltada ao trabalho e acentuou o desemprego. Como resultado disso, foi configurada uma política macroeconômica que contribuiu para o aumento da vulnerabilidade social e cujas ações compensatórias de combate às desigualdades não contrabalancearam tais efeitos. Neste cenário acentuam-se as situações de pobreza e desemprego, junto a significativas mudanças na composição da estrutura ocupacional, com redução gradativa de acesso ao trabalho decente. Somando-se a isso, o setor assalariado fez inchar mais ainda o setor informal, aumentando a dificuldade de sobreviver em um mercado globalizado que se estreitava cada vez mais, tornando-se altamente competitivo e excludente.

No Brasil, no início da década de 1990 e nos anos seguintes, com a abertura comercial e financeira indiscriminada da economia brasileira, as importações, a adoção de uma política nacional de altas taxas de lucros e juros e os fenômenos conjunturais se intensificaram desfavoravelmente no quesito dinâmica da renda e do trabalho.

Gráfico 1: Taxa de desocupação, jan-fev-mar 2012 – jan-fev-mar 2022



Fonte: "IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal"

"1 - Para \"Situação da Variação em relação a três trimestres móveis anteriores (...)\" e \"Situação da Variação em relação ao mesmo trimestre móvel do ano anterior (...)\";

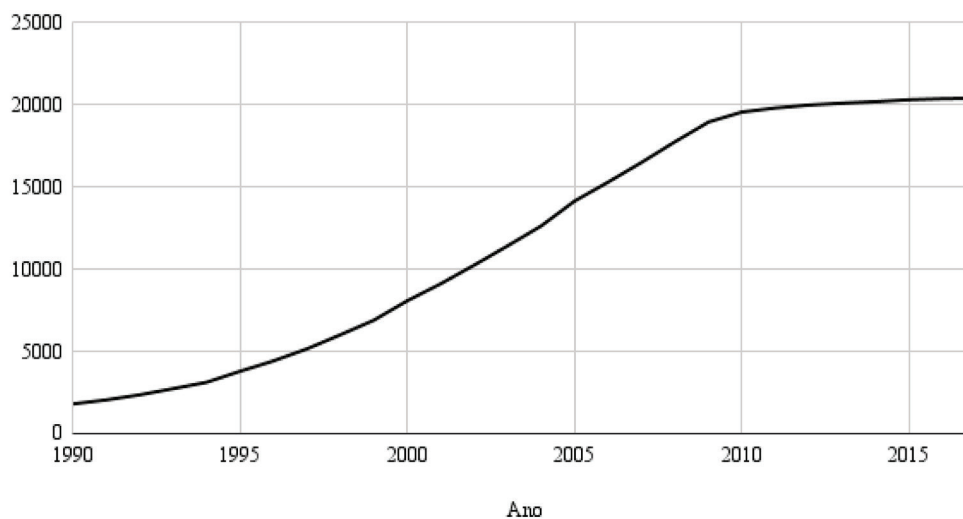
'Z' indica significância estatística considerando 95% de confiança;

'A' indica ausência de significância estatística considerando 95% de confiança.

2 - A partir de abril de 2016, um aspecto do conceito de desocupação foi alterado de forma a se adequar inteiramente à 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho – CIET, realizada em outubro de 2013, sendo o questionário ajustado. Com a alteração desse aspecto, passam a ser considerados desocupados aqueles que conseguiram proposta de trabalho para começar após a semana de referência e que iriam começar a trabalhar em até 3 meses; os demais, isto é, aqueles que conseguiram proposta para começar a trabalhar após 3 meses da semana de referência, passam a ser contabilizados na população fora da força de trabalho. Anteriormente, eram considerados entre os desocupados todos aqueles que conseguiram proposta de trabalho para começar após a semana de referência, independentemente do tempo em que iniciariam o trabalho que conseguiriam."

O desemprego e subemprego aumentaram e a taxa de desocupação atingiu valores elevados, conforme o Gráfico 1. Com o aumento da informalidade e o agravamento da pobreza, a desigualdade e o desemprego fazem proliferar iniciativas populares e heterogêneas de organização do trabalho, com base na dinâmica capitalista, que sinalizam para uma nova configuração do capitalismo, seja na autogestão, na cooperação, no desenvolvimento sustentável e na solidariedade. Empreendimentos econômicos solidários são como resposta ao desemprego e à precarização das relações de trabalho situados no contexto da informalidade urbana capitalista, resultando num questionamento sistemático de como a economia solidária traz respostas a transferência de renda das populações excluídas da lógica do sistema produtivo formal.

Gráfico 2: Empreendimentos Solidários (totais), 1990-2017



Fonte: Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL)
Elaboração própria

É importante observar que os princípios da economia popular solidária estão presentes em diferentes iniciativas, numa variedade de organizações que compõem os campos de sua atividade produtiva, econômica e social. O Gráfico 2 mostra um aumento considerável dos empreendimentos solidários entre 1990 e 2017. Para Laville e França Filho (2004), essas iniciativas se transformam em espaços públicos de proximidade, reciprocidade e redistribuição, cujas experiências de produção e consumo se articulam para além do mercado, da economia e da política. Essas vivências de participação e resgate da autoestima se tornam espaços de aprendizado para uma nova alteridade, numa elevação da consciência social e coletiva desprestigiada e perseguida pelos defensores do capitalismo financeiro e produtivo, como reforça Alves (2014).

Objetivando ser para os cooperados uma alternativa de trabalho e renda, muitos de seus trabalhadores se encontram em condições precárias e sem trabalho; compõem a chamada economia submersa, onde mulheres, migrantes, negros, pessoas com deficiência física ou mental, idosos, trazem consigo baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional e se refugiam na informalidade.

O presente artigo está estruturado em três partes: a primeira apresenta uma abordagem conceitual da economia popular solidária; a segunda discute realidades e utopias das iniciativas de economia popular solidária; e, na terceira parte, a experiência das mulheres nos empreendimentos econômicos solidários, com seus desafios e dilemas.

Trabalho e economia popular solidária: uma outra economia é possível?

O impacto das mudanças na economia mundial sobre a realidade brasileira foi intenso, sobretudo nas grandes metrópoles. É neste contexto que a economia popular solidária emerge como um modo de produção e distribuição em que homens e mulheres vitimados pelo capital se organizam não apenas para produzirem a subsistência diária, mas também para reintegrar-se na divisão de trabalho.

De acordo com Singer (2000) e Souza (2000), as experiências de economia popular solidária são iniciativas não capitalistas em que produção e distribuição se interagem e cujos princípios organizativos são: a posse coletiva dos meios de produção, a gestão democrática e a divisão dos ganhos entre os cooperados, a partir de critérios pré-determinados e por todos discutidos e aprovados. Compreender a economia solidária exige uma visão plural em que economia não se resume “à economia de mercado; é mais ampla e interage em lógicas diferenciadas”. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 17).

Argumentam França Filho e Laville (2004) que não se busca implantar outra economia, mas pensar as formas de economia solidária como um modo de agir no macro e micro espaços. Argumentam ainda que a economia popular solidária difere da economia informal, pois tem como referência o tecido social local e suas práticas de reciprocidade como meio de elaboração de atividades econômicas.

“Com o aumento da informalidade e o agravamento da pobreza, a desigualdade e o desemprego fazem proliferar iniciativas populares.”

Em Tiriba (2000), a análise das experiências dos empreendimentos econômicos solidários pressupõe ter presente o caráter ontológico do trabalho e sua centralidade na produção da vida social, uma vez que traz consigo práticas sociais, valores e representações interiorizadas pelos trabalhadores em prol da construção coletiva. Compreender a reciprocidade remete-nos aos estudos de Mauss sobre a dádiva (LANNA, 2000). O argumento nos escritos de Mauss nos conduz a entender a dádiva na produção da aliança e, dessa forma, estabelece-se uma relação de reciprocidade ou troca entre os envolvidos. A dádiva, escreve Mauss apud Sabourin (2008), equivale a “um crescimento da consciência de ser, a um incremento de autoridade e de fama para o doador. Dar não é mais oferecer algo de si, mas adquirir esse si”. Se dessa forma alicerçam os empreendimentos solidários, resulta na dádiva a essência que constitui o ser nas relações de trabalho em prol dos negócios dos trabalhadores solidários. Emergiu dessa forma uma nova economia, e, portanto, um paradigma que necessita ainda mais o espaço de debate e reconstrução em prol dessa nova economia.

Ainda que o trabalho seja concebido como uma mediação dialética entre o ser humano e a natureza, sendo também um fator cultural, expõe o ingrediente da reciprocidade. Eis a base da explicação de Mauss: pressupondo que “se para ser é preciso dar, para dar, é necessário produzir”. Uma concepção do trabalho que leva em conta os elementos materiais e imateriais da produção, ou seja, um conjunto de práticas, valores e conhecimentos que se materializam e se manifestam tanto no plano econômico, como no plano das relações ontológicas estabelecidas das trocas simbólicas. Fatores objetivos e subjetivos que não se esgotam no processo de trabalho, e transpassando o trabalhador à medida que ele se constitui como um ser de consciência social e solidária.

Nesta mesma direção, Silva (2019) chama atenção ao fato de que a produção nos empreendimentos, além de fonte de renda, é também uma forma de expressar a arte, a cultura, a mística e a visão de mundo. Um jeito de partilhar trabalhos, saberes e espiritualidade.

Essa nova economia não traz a lógica do lucro e da acumulação, mas a melhoria das condições de reprodução da vida de seus membros, tanto na busca do acesso aos bens e serviços, como também na articulação em movimentos reivindicatórios, ecológicos e de direitos humanos e por igualdade de gênero, como também afetos, identidades e outras relações interpessoais.

Cattani (2003), por sua vez, argumenta que o desafio desta “outra economia” é reafirmar a importância do trabalho para os indivíduos e para a sociedade, demarcando o campo das alternativas verdadeiras e práticas conservadoras, em que são internalizados os mesmos princípios concorrenciais da economia capitalista. A outra economia, segundo Cattani, é plural e não objetiva retornar à era pré-capitalista, mas ser uma alternativa para os pobres e excluídos.

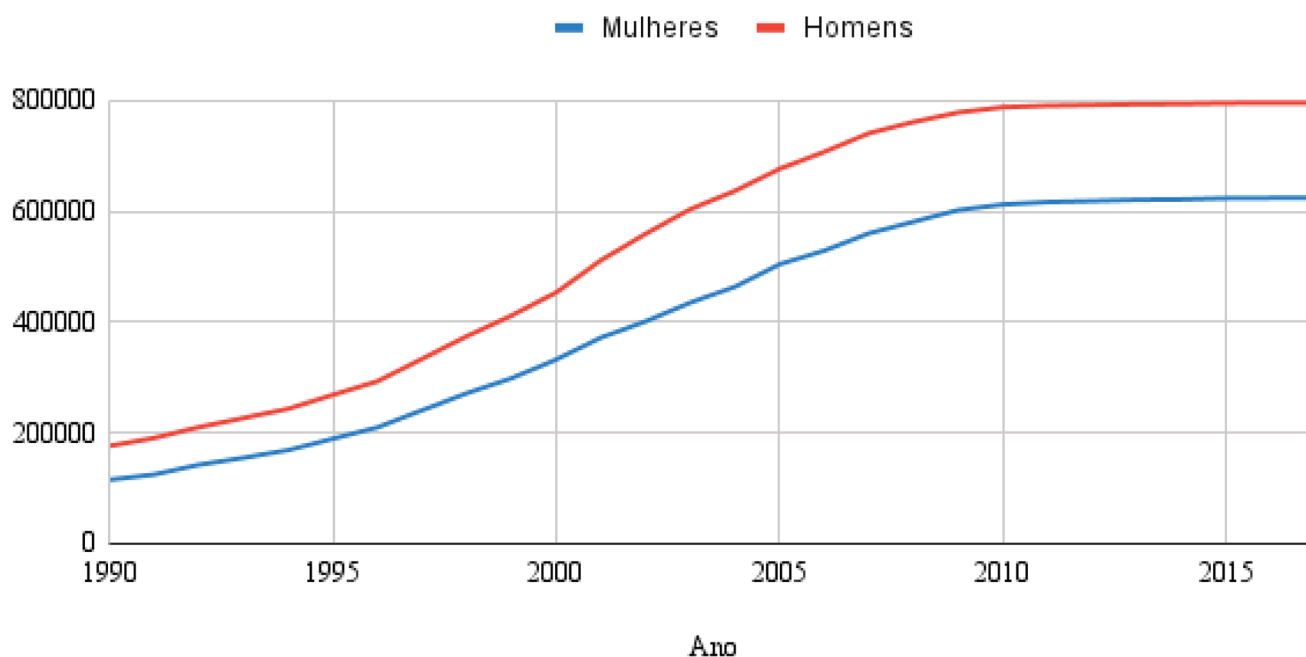
A economia popular solidária e a experiência das mulheres: percepções, dilemas e desafios

Estudos apontam que as experiências de economia popular solidária são predominantemente marcadas pela presença masculina, porém o destaque das mulheres é significativo nos empreendimentos solidários, principalmente como sócias nos negócios, conforme aponta o Gráfico 3.

E quem são essas mulheres? São mulheres que se conhecem em suas lutas por acesso a direitos e serviços públicos. A maioria dessas mulheres são mães e chefes de família – muitas vezes com vários filhos e/ou netos. Mulheres que enfrentam sérios problemas familiares, pois o desemprego ou o trabalho informal integram o seu cotidiano. Muitas são analfabetas ou semianalfabetas, vítimas do preconceito comum – pois são mulheres pretas ou pardas. A violência social e doméstica faz parte do seu cotidiano, além da falta de acesso ao trabalho e à vida social, no sentido amplo, pelo simples fato de morarem na periferia ou nos aglomerados. A idade dessas mulheres é variável. Algumas, mães muito jovens; outras, mais velhas, aposentadas e beneficiadas de programas sociais governamentais.

A rede de sociabilidade e cooperação é fortalecida pela amizade e coesão social. A convivência e a autoestima são fatores muito valorizados, o que faz com que o fator econômico, apesar da necessidade, seja muitas vezes relativizado. A troca de experiências em relação aos elementos que compõem a vida (subjetividade, intimidade, problemas familiares e de convivência) é importante para a permanência dessas mulheres no empreendimento e esta participação marca uma nova fase de suas vidas; coisas simples como ir sozinha ao centro da cidade, participar de reuniões e feiras, representar o coletivo a que pertencem e aprender coisas novas.

Gráfico 3: Homens e mulheres sócios de empreendimentos solidários (total), 1990-2017



Fonte: Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL)
Elaboração própria

Olhando para esta realidade tão complexa, a compreensão das situações de injustiça social engendradas pelas condições precárias de vida exige analisar o binômio situação das famílias e distribuição de renda e, a partir desta análise, perceber que o mercado de trabalho exige um olhar atento a esses segmentos. Faz-se necessário também considerar as raízes dos problemas que atingem especificamente a cada um desses grupos, bem como as desigualdades criadas ou reproduzidas. Essas mulheres têm histórias e trajetórias semelhantes: são mulheres negras e trazem no rosto ou no corpo as marcas do processo de escravização no Brasil. A maioria são procedentes de regiões vulneráveis e cidades do interior, que desde crianças experienciaram o trabalho em troca de comida e vieram para a cidade ainda adolescentes. Muitas ali encontraram seu primeiro lugar de trabalho como domésticas, em casas de família, ou cozinheiras, em restaurantes e lanchonetes, quando não na variação de ruas e avenidas das cidades.

Mulheres que, cansadas de serem humilhadas e exploradas por suas patroas e seus familiares, encontraram nas experiências de economia popular solidária novas formas de viver e conviver. Estimuladas por testemunhos de experiências de sucesso econômico e solidariedade entre os membros, essas mulheres vislumbram, para si e seus familiares, percursos semelhantes. Realizam os trabalhos em conjunto e se identificam como uma família. A baixa escolarização é um complicador, pois

essas iniciativas pressupõem que o empreendimento tenha capacidade de autogestionar seu negócio e, na medida em que falta este nível de escolaridade e essa habilidade, somente a vivência das pessoas não é suficiente para dar conta de todo o processo. O desafio da renda, da falta de espaço físico e de infraestrutura foram outros elementos salientados. Quem chega àquele empreendimento vem apenas com a mão de obra e a força de vontade. Falta equipamento, crédito, uma sede, capital de giro, formação, qualificação e onde vender sua produção.



Os participantes dos empreendimentos solidários a princípio não têm visão da necessidade de um capital de giro e da necessidade de guardar uma parte do recurso e devolver apenas o restante ao grupo, porque aquilo que entra, atende a necessidades imediatas.

Outro dilema constatado diz respeito ao processo de constituição dos grupos. Formas emancipatórias e não doutrinárias que ajudem seus integrantes a perceber que aquele caminho é viável porque possibilita a cooperação e promove qualidade de vida não somente para os seus integrantes, mas para toda comunidade e para as gerações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências analisadas apontaram para a necessidade de investir no trabalho em redes de produção, beneficiamento, comercialização e consumo solidário e para a importância de abrir outros campos, a partir de novas possibilidades que estão escondidas no meio urbano, de modo que não somente apareçam a pobreza e a violência, mas saídas que apontem efetivamente para a conquista de direitos e resgatem efetivamente a dívida social que há cinco séculos vem sendo sedimentada. Para isso, além do trabalho em redes, torna-se

imprescindível a implementação de políticas públicas emancipatórias, bem como agregar valores para o produto certo e na demanda certa e, assim, reinventar a reprodução da vida, e vida de qualidade, para este grupo tão vulnerável.

Não obstante às questões problemáticas no contexto do desenvolvimento da economia popular solidária, o estudo feito demonstrou diversos pontos afirmativos nessas experiências. Há um conjunto de organizações da sociedade civil que têm buscado cumprir esse papel e nessas iniciativas discute estratégias de gestão, produção, comercialização e sustentabilidade. Apesar de o modelo organizacional produtivo envolver a questão de valor como cadeia dos empreendimentos solidários, tornou-se imperioso num capitalismo que não respeita espaços de negócios 'pequenos'. A discussão da cadeia de valor nos empreendimentos necessita pautar as novas discussões dos trabalhadores solidários. Agentes mediadores que, numa perspectiva da valorização dos sujeitos e de seus saberes, discutem outro modelo de sociedade e de desenvolvimento capaz de encontrar formas de superação do desemprego, sem enfraquecer o debate ou simplificar o problema; e, neste debate, fugir, ainda, do risco de "refilantropizar" a pobreza e/ou eximir o Estado de sua responsabilidade.

A discussão das cadeias de valor nos empreendimentos solidários estabelece uma perspectiva para um modelo de desenvolvimento

“(...) A necessidade de investir no trabalho em redes de produção, beneficiamento, comercialização e consumo solidário (...) de modo que não somente apareçam a pobreza e a violência, mas saídas que apontem efetivamente para a conquista de direitos e resgatem efetivamente a dívida social que há cinco séculos vem sendo sedimentada.”

para além da economia clássica. Ações, interações e intervenções que reconhecem a importância desta outra economia no âmbito da sociedade capitalista, fortalecem as iniciativas com elementos de negócios sustentáveis na organização da produção.

A inserção nessas iniciativas tem contribuído para a formação de uma nova sociabilidade e, além da solidariedade estabelecida, a formação de redes de comercialização, de produção, de consumo e crédito solidário tem sido viabilizada. Seu potencial emancipatório, sua perspectiva de êxito e organização comunitária vão além dos processos econômicos, associados às atividades produtivas e das dinâmicas integradas a processos culturais, sociais e afetivos, elementos esses capazes de serem ‘pedagógicos’ numa economia de mercado vigente e excludente. Os desafios a serem cotidianamente enfrentados e superados são inúmeros; no entanto, os ganhos não-econômicos reafirmam mudanças significativas, sendo possível, inclusive, visualizar o antes e o depois da inserção desses sujeitos sociais nas iniciativas de economia popular solidária.

Enfim, a crise estrutural do desemprego desafia governos, universidades, organizações não governamentais e gestores públicos a contribuir na leitura sobre a realidade e a buscar tecnologias que ajudem a descobrir demandas e carências locais, seu potencial produtivo e como fomentar a economia solidária. É preciso valorizar essas experiências e iniciativas, pois são alternativas de produção não apenas econômicas, mas holísticas. As diferentes e divergentes abordagens que surgiram, tanto no debate acadêmico como na interação com esses sujeitos, revelam a busca da identidade da economia solidária na sua diversidade, bem como a indispensável análise histórica para compreender os diferentes papéis dos atores sociais envolvidos nessas iniciativas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Antônio Fernando Gomes. *Consciência Social & Relações de Trabalho*. Curitiba: Editora Juruá, 2014.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.

CARDOSO, Fernanda Graziella; REIS, Cristina Fróes de Borja. Centro e periferianas cadeias globais de valor: uma interpretação a partir dos pioneiros do desenvolvimento. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 22, n. 3, 2018.

CATTANI, Antônio D. Utopia. In: CATTANI, Antônio D. (Org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 269-274.

CORAGGIO, José Luís. *Economia do Trabalho*. In: CATTANI, Antonio David (Org.) *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 88-95.

FRANÇA FILHO, Genauto de Carvalho, LAVILLE, Jean-Louis.. *A Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. Sentido e possibilidades da economia hoje. In: Beatriz Costa; Gabriel Kraychete; Francisco Lara. (Org.) *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 167-198.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. *Revista de Sociologia e Política*, p. 173-194, 2000.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 131-138, 2008.

SILVA, Carlúcia Maria. *Mulheres e economia popular solidária: trabalho, inclusão socioproductiva e cidadania*. Curitiba: Appris, 2019.

SILVA, Carlúcia Maria. Identificados pelo carinho: o protagonismo sociopolítico de catadores e catadoras de materiais recicláveis em suas lutas por direitos, cidadania e reconhecimento. São Paulo: Dialética, 2021.

SINGER, Paul. *A Economia Solidária: um modo de produção e distribuição*. In: SINGER, Paul; SOUZA, André (Org.) *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 11-28.

SOUZA, André Ricardo de. Os empreendimentos comunitários de São Paulo. In: SINGER, Paul; SOUZA, André (Org.) *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 245-266.

TIRIBA, Lia. *A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo fios de uma nova cultura do trabalho*. In: SINGER, Paul.; SOUZA, André (Org.) *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 221-243.

“O investimento público é estratégico”, concluem economistas no Cofecon

Por Comunicação Cofecon

O papel do Estado e dos gastos públicos foi tema do Economia em Debate, que discutiu “Por um novo arcabouço fiscal”, realizado pelo Conselho Federal de Economia, na sexta-feira (27), com as participações dos convidados: Felipe Salto, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo; Igor Rocha, economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; e ainda de Antonio Corrêa de Lacerda, presidente do Cofecon; Paulo Dantas da Costa, vice-presidente da Autarquia; e do conselheiro federal Fernando de Aquino Fonseca Neto. Estiveram presentes também os conselheiros federais, membros do Corecon-SP e do Sindecon-SP.

Crítico ao teto de gastos desde o seu anúncio, Lacerda, em sua fala, chamou a atenção para a falsa dicotomia entre o investimento público e privado, considerando principalmente o papel do Estado em setores que favorecem o desenvolvimento e geram riquezas para o país. “Existe um efeito multiplicador no gasto público e um efeito demonstração para o setor privado”, afirmou. Além disso, apontou para o problema de o país contar com investimentos estrangeiros para suprir necessidades internas. “Nos países que investem muito em relação ao PIB, o investimento estrangeiro direto raramente passa de 10 ou 15%. Ou seja, 85% do investimento realizado no mundo é de origem doméstica”, apontou o presidente do Cofecon.

Felipe Salto, em sua exposição, destacou: “O Estado brasileiro nunca investiu tão pouco. Em 1973, investia 11% do PIB. Hoje investimos 1%. O setor privado também nunca investiu tão pouco. Enquanto não tivermos uma política de investimento digna desse nome, não vamos ter um crescimento digno desse nome”, argumentou Salto. “Um segundo passo é a revisão periódica do gasto público, feita a sério, usando econometria, usando a expertise dos economistas, para escolher ano a ano os conjuntos de políticas públicas que serão avaliados”.

Igor Rocha destacou o crescimento econômico de apenas 0,5% nos últimos 10 anos, que comparativamente ao da chamada década perdida, 1980, que foi de 1,5%, e ao período de 1950 a 1970, que registrou 7% de crescimento. “Hoje investimos 1,7% do PIB, o que não repõe sequer a depreciação dos ativos. Tínhamos um estoque de estrutura similar ao da Inglaterra, 55% do PIB, e agora temos 36%, número similar ao da África do Sul”, argumentou.

Ao falar sobre o investimento de países em infraestrutura, Rocha citou que a China investe 15% do PIB, o Chile 5%, a Bolívia 4% e a Argentina 3%. Afirmou também que o setor público e o privado precisam caminhar juntos porque não são antagônicos. “Por 'demonizar' o Estado, perdemos a capacidade de crescer”, argumentou. E criticou o teto de gastos, uma vez que o ajuste se fez no



Debatedores convidados:



Felipe Salto

Economista e mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas/SP. Recebeu o Prêmio Jabuti com o livro “Finanças públicas: da contabilidade criativa ao resgate da credibilidade”, organizado junto a Mansueto Almeida. Foi professor de pós-graduação na FGV/SP e no Instituto de Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atuou por seis anos na Instituição Fiscal Independente, no Senado. Atualmente é secretário da Fazenda e Planejamento no estado de São Paulo.



Igor Rocha

Igor Rocha é economista graduado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), com mestrado em Economia pela Unicamp e doutorado pela Universidade de Cambridge. Recebeu o prêmio Luca d’Aglia, em conjunto com o Churchill College (da Universidade de Cambridge) pelo projeto de pesquisa de doutorado (Ensaio sobre crescimento econômico e desenvolvimento industrial: uma análise comparativa entre o Brasil e a Coreia do Sul). É pesquisador associado ao CND/FGV e economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).



Existe um efeito multiplicador no gasto público e um efeito demonstração para o setor privado”.

– Antonio Corrêa de Lacerda,
Presidente do Cofecon



gasto discricionário enquanto os gastos correntes foram mantidos de forma inadequada. “O teto de gastos já virou um animal estranho. As emendas 109, 113 e 114 já o deixaram de forma torta”.

Para Fernando de Aquino, o teto de gastos é uma medida muito mais ideológica do que necessária ou competente. “Se o PIB crescer, ou se aumentar a população, aumenta a necessidade de gastos públicos, mas nem uma coisa nem outra é contemplada pelo teto de gastos”, afirmou.

Investimento e planejamento caminham juntos. Assim, Salto destacou a importância do planejamento – algo que, segundo ele, está abandonado no Brasil. “Havia a ideia de que com o Plano Real, a estabilização monetária iria magicamente garantir o crescimento econômico. Não garantiu. Estamos semiestagnados desde 1995”, comentou Salto. “Nossa renda per capita é

apenas uma fração da dos países desenvolvidos, a desindustrialização segue a pleno vapor, as regiões menos desenvolvidas continuam sendo menos desenvolvidas.”

O plano fiscal de médio prazo foi abordado por Salto – algo que ele, como novo secretário da Fazenda, sugeriu ao governador Rodrigo Garcia. “Ele estaria vinculado ao processo de elaboração do orçamento. Hoje a lei orçamentária anual é onde se dá a disputa por 7% do orçamento público, já que 93% da despesa é obrigatória, não remanejável”, apontou. “O plano seria baseado em cenários fiscais e econômicos tratados de forma independente, por um time técnico, com a academia, o governo, o poder Legislativo, e a partir deste cenário teríamos um cálculo prospectivo de quanto seria o espaço orçamentário ano a ano para poder planejar os investimentos.” Tal como Salto, Rocha destacou a necessidade de planejar e afirmou que “o crescimento não é uma geração espontânea”.

Paulo Dantas da Costa abordou a questão fiscal do lado da receita afirmando que “existe um receio de se cobrar tributos de quem pode pagar. E quem pode? Os ricos. Temos um modelo muito assentado no ICMS. Poderíamos tributar as altas rendas e o estoque de patrimônio”.

Salto comentou ainda que a discussão sobre responsabilidade fiscal foi muito autocentrada e abordou a necessidade de atuação conjunta dos setores público e privado. “Esta coalizão é fundamental para que se tenha a orientação do Estado para o investimento produtivo e o crescimento necessário num nível para reduzir desigualdades e promover bem-estar social”, finalizou.

Já Aquino apontou que as regras fiscais precisam ter horizontes de curto e de longo prazo, enquanto hoje há muita ênfase no curto prazo. “Os gastos precisam ter a função de suavizar o ciclo, para não haver pressão inflacionária nem desemprego. A política monetária sozinha não dá conta. A política fiscal é muito importante para isso”, comentou.

A mediação do Economia em Debate foi feita por Idiana Tomazelli, repórter de economia do jornal Folha de S. Paulo, que se ocupou também de arguir com propriedade os participantes do evento, o que o tornou ainda mais interessante.

1

UFPR e USP lançam livros comemorativos



Duas das mais importantes instituições de ensino de Ciências Econômicas do Brasil completaram 75 anos em 2021 e lançaram, recentemente, livros comemorativos. No Paraná, o Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) disponibiliza, em seu site, o livro “O Brasil no Século XXI”, organizado pelos professores Ivan Colangelo Salomão, Fernando Mota Correia e Vinícius de Almeida Valle. Em São Paulo, a obra “A História da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo nos anos 1981-2021” comemora os 75 anos da FEA/USP.

O livro “O Brasil no Século XXI”, ao longo de mais de 400 páginas, aborda assuntos como produtividade, indústria, mercado de capitais, desenvolvimento sustentável, políticas públicas, regulação e política fiscal, entre outros. Ele resulta num conteúdo rico para o entendimento do momento econômico do Brasil. E o primeiro artigo, de autoria de Ana Lucia Jansen de Mello de Santana e Luiz Vamberto de Santana, resgata a história do ensino de Ciências Econômicas na UFPR desde o seu início – o curso, em 1947, tinha 37 alunos.

O livro da FEA/USP, editado pela Narrativa Um e que soma 616 páginas, também pode ser baixado no site da Faculdade. A proposta da obra foi dar sequência ao trabalho da professora Alice Piffer Canabrava – que, em 1981, por ocasião dos 35 anos da instituição, organizou “História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (1946-1981)”.



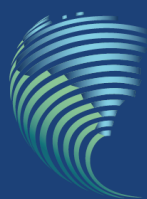
A obra, organizada pelo professor Alexandre Macchione Saes, está dividida em nove partes, abordando as diferentes gestões da FEA/USP durante o período, os diferentes departamentos, a graduação e pós-graduação, o perfil do corpo docente e as diferentes Fundações – entre elas, destaca-se a Fundação Instituto de Pesquisas Econômica (FIPE). A nona e última parte aponta para o futuro, na direção dos 100 anos que, ceteris paribus, a instituição completará em 2046.

**SIGA-NOS NAS
REDES SOCIAIS!**



@cofecon





COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



Economia
em debate



@cofecon

Conselho Federal de Economia - Cofecon
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: cofecon@cofecon.org.br